



## CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

### **BRASIL: 500 ANOS DIÁLOGO E ESPERANÇA** Carta à sociedade brasileira e às nossas comunidades

#### **APRESENTAÇÃO**

O presente documento é uma proposta de diálogo dos Bispos da Igreja Católica no Brasil com a sociedade brasileira e nossas comunidades presentes em todo o território nacional.

Reunido em Porto Seguro, no Estado da Bahia, para agradecer a Deus pelos 500 anos de evangelização do Brasil e, ao mesmo tempo, realizar sua 38ª Assembléia Geral, o episcopado nacional refletiu, à luz da fé, sobre os cinco séculos da presença do Evangelho em terras brasileiras. Dessa reflexão surgiu a carta que ora colocamos nas mãos de todos os homens e mulheres de boa vontade de nossa pátria, no intuito de, juntos, lançarmos bases éticas sólidas para a construção de uma sociedade que dê oportunidades iguais a todos.

Para a Igreja Católica, este ano se reveste também de um significado maior por causa da celebração do Jubileu dos dois mil anos da encarnação de Jesus Cristo em nossa história. É Cristo, portanto, o vértice desses dois eventos. Há 500 anos teve início no Brasil o anúncio do Evangelho, como a boa notícia trazida por Jesus de Nazaré, e essa missão não termina com o ano 2000. É tarefa permanente da Igreja continuar a evangelização iniciada por aqueles que nos precederam e aperfeiçoá-la.

Que o Senhor Ressuscitado dê sua força a todos os que aceitarem este nosso diálogo e se dispuserem a trabalhar na construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna.

Brasília – DF, 3 de maio de 2000

***D. Jayme Henrique Chemello***  
Presidente da CNBB

***D. Raymundo Damasceno Assis***  
Secretário Geral da CNBB

## **BRASIL: 500 ANOS DIÁLOGO E ESPERANÇA**

### **Carta à sociedade brasileira e às nossas comunidades**

1. Para celebrar os 500 anos de evangelização no Brasil, nós, Bispos da Igreja Católica, reunimo-nos, de 26 de abril a 3 de maio de 2000, em Porto Seguro, Bahia, lugar onde, há cinco séculos, foi celebrada a Primeira Missa em nossa terra. Quisemos unir-nos a toda a Nação, participando de um evento que nos convoca para repensar nosso passado e tomar consciência dos desafios atuais e futuros.

2. Nosso primeiro pensamento se eleva a Deus para agradecer o dom do Evangelho e os inúmeros benefícios que nos tem concedido ao longo dos cinco séculos.

3. Desejamos acolher a oportunidade histórica, para partilhar nossa reflexão e nossa esperança com todos os cidadãos brasileiros que queiram fazê-lo, sem excluir ninguém. Este diálogo continua aquele intercâmbio com a sociedade civil que a Igreja manteve,

não sem conflitos, ao longo desses 500 anos. Comprometemos-nos a manter o diálogo aberto à participação não apenas das comunidades cristãs, mas dos representantes dos diversos setores da sociedade.

4. Neste momento, o diálogo na sociedade brasileira não é fácil, como ficou evidente nas próprias celebrações dos 500 anos. Esperamos contribuir para maior proximidade entre as diversas populações, culturas e religiões, entre o Estado e o povo, entre as elites e as massas, entre tradições e comportamentos do passado e as aspirações que emergem, principalmente na juventude.

5. Nosso diálogo terá por tema um olhar sobre o passado, que nos permita reconhecer feridas e cicatrizes que ele deixou, para buscar caminhos de reconciliação e consenso no presente e discernir nossas responsabilidades e compromissos com o futuro.

6. Para iluminar nossa reflexão, a fim de que não se limite à mera constatação dos fatos, mas suscite uma nova consciência e um empenho generoso na ação, sustentados pela esperança, tomamos como referência a pessoa, vida e mensagem de Jesus Cristo, razão de nossa fé. cremos que Ele é “Caminho, Verdade e Vida” para o mundo todo. Dois mil anos após o seu nascimento, que a Igreja celebra com o grande Jubileu, Ele continua sendo a luz da humanidade.

## 1. JESUS CRISTO, NOSSA ESPERANÇA

7. A encarnação do Filho de Deus projeta nova luz sobre o modo pelo qual as criaturas devem estar a serviço do Criador. Agora é Deus que se coloca a serviço da humanidade. Por isso, serve a Deus quem serve aos irmãos, imitando Jesus que “veio para servir, e não para ser servido” (Mc 10,45)<sup>1</sup> e deu a própria vida para que todos tenham vida.

8. Na pessoa de Jesus Cristo – Deus conosco –, manifesta-se o rosto autêntico do Mistério que envolve nossa vida. Jesus Cristo, concebido pela Virgem Maria por obra do Espírito Santo, nos traz uma imagem nova de Deus, ensinando-nos a chamá-lo de Pai. É o Deus que ama e acolhe homens e mulheres sem impor condições, considerando todos filhos e filhas. Acolhendo a todos, rompendo barreiras e discriminações sociais, Jesus Cristo revela um Deus apaixonado pelo ser humano.

9. A pessoa humana, intimamente envolvida pelo amor de Deus e chamada para a felicidade eterna na comunhão trinitária, goza de dignidade própria e de valor único que jamais poderão ser esquecidos, instrumentalizados ou destruídos. Diante de Deus, todos gozam da mesma dignidade e merecem o mesmo respeito (cf. At 10,34)<sup>2</sup>. Esse ideal cristão contribuiu decisivamente para a afirmação, na sociedade moderna, de realidades como a liberdade, a valorização da pessoa humana e a promoção de seus direitos.

10. Jesus Cristo revela-nos ainda a verdade última do ser humano. A fé cristã confessa Jesus Cristo por fundamento da História, razão de ser da humanidade. Nele, toda a realidade criada tem sua fundamentação (Cl 1,17)<sup>3</sup> e sua origem (Jo 1,3)<sup>4</sup>. O ser humano é criado à imagem de Deus, que se faz homem em Jesus Cristo, Novo Adão (Rm 5,14)<sup>5</sup>. Assim, Jesus Cristo não é apenas uma figura histórica importante do passado, mas constitui o modelo segundo o qual fomos criados. Desse modo, “manifesta plenamente o homem ao próprio homem e lhe descobre sua altíssima vocação”<sup>6</sup>.

11. Jesus viveu totalmente para o Absoluto de Deus, que reconhecia como Pai, e viveu para seus semelhantes, sobretudo para os excluídos e sofridos, os pobres e os pecadores. Essa atitude, que caracterizou sua existência, nos revela o autenticamente humano. Quanto mais assumimos essa atitude, mais humanos somos. Quando dela nos afastamos, menos humanos nos tornamos. A história o comprova: seus períodos vergonhosos e violentos coincidem com o abandono da obediência a Deus e do respeito pelo semelhante.

12. Renovemos, com alegria, nossa fé em Jesus Cristo. A cruz de Cristo e sua ressurreição constituem a verdadeira fonte de esperança para o mundo. Não foi dada às grandes interrogações humanas – o amor, o sofrimento, a vida e a morte... – nenhuma resposta melhor ou mais sábia que a de Jesus. Convidamos cada um a refletir. Jesus nos ensina que Deus é Pai e é amor; que nos ama muito mais do que podem amar-nos um pai e uma mãe; que ama sem condições e perdoa sempre; que o faz com todos sem exceção, começando pelos desprezados e pecadores; que o amor é a única lei da vida; que o serviço é a norma. É concebível alguém propor algo que vá além do que Jesus ensinou e viveu?

13. A experiência da comunhão com Cristo, vivo no meio de nós, faz surgir a esperança de vencer a morte e conservar para sempre os laços criados pela comunhão de vida com os irmãos. Fundamento dessa esperança é o próprio Deus criador, que nos deu o dom da vida e que manifestou seu poder na ressurreição de Cristo. Nela, vemos realizada a aspiração humana da vitória da justiça sobre o mal, da afirmação da vida sobre a morte, da vitória de uma vida sacrificada por um ideal sobre o desperdício de uma existência sem sentido.

14. As conseqüências da revelação de Deus realizada em Jesus Cristo não só marcaram profundamente a História da humanidade, mas principalmente determinam o critério básico com que a Igreja deve olhar para si mesma e para a sociedade. A Igreja, para ser fiel ao Deus de Jesus Cristo, precisa colocar-se a serviço dos homens e mulheres, principalmente dos mais fracos, sobretudo quando a dignidade da pessoa humana está ameaçada. Tudo o que afeta o ser humano afeta também a Igreja. Ela sente a desumanização, em suas múltiplas formas, como uma interpelação a si própria. Por isso, ela se preocupa em participar da construção de uma sociedade justa e solidária, promovendo a justiça e o amor e denunciando as injustiças.

15. Talvez, nossos contemporâneos, no final de um perturbado século XX, possam perceber melhor a caducidade das ideologias e a atualidade perene do Evangelho.

16. À luz da pessoa, da vida e da palavra de Jesus, olhamos os 500 anos da evangelização do Brasil, para discernir acertos e erros, avanços e retrocessos na edificação de uma Igreja, que seja sinal do Reino definitivo.

## 2. RECORDANDO O PASSADO

17. No passado, na era colonial e do Império, teve grande influência a lei do Padroado. Ligou trono e altar, cruz e espada. Se a intenção era boa, de fato, porém, criou dificuldades para a formação humana e cristã do povo brasileiro.

18. Os povos indígenas, em sua maioria, acabaram sendo escravizados e foram aos poucos dizimados pelo trabalho pesado, pelas doenças, pela destruturação cultural, por guerras e massacres. Fracassada a escravidão indígena, os colonizadores importaram pessoas da África negra para o trabalho escravo nas fazendas e nas minas. Este foi um dos aspectos negativos da colonização. Sempre que não se respeita o ser humano, todos se prejudicam.

19. Externamos profunda gratidão à providencial ação dos missionários. Ela foi sólida e fecunda, de sorte que, parafraseando o Papa João Paulo II, a verdade sobre Deus e o homem, pregada por eles, ganhou um tal espaço a ponto de se constituir em uma espécie de tribunal de acusação dos responsáveis daqueles abusos (Santo Domingo, Discurso inaugural 4)<sup>7</sup>. Eles conseguiram criar uma cultura permeada de valores cristãos, dotada de profunda religiosidade, acolhedora e aberta à diversidade étnica, marcada por forte sensibilidade humana, sobretudo entre os mais humildes da população. Vale a pena recordar, que aos poucos, surgiram Irmandades entre nossos irmãos e irmãs de origem africana. Obtiveram notáveis resultados no testemunho da fé, virtudes sólidas e manifestações artísticas originais em honra de Nosso Senhor Jesus Cristo, de Nossa Senhora e de santos e santas.

20. O período republicano trouxe a separação jurídica entre Igreja e Estado. A Igreja deixou de ser reconhecida como religião "oficial". Em lugar da aliança Trono-Altar, surgiu a aliança Igreja-Povo. Esse fato trouxe para a Igreja maior liberdade e vida. As Ordens foram restauradas e vieram para o Brasil numerosas Congregações religiosas, que deram valiosa contribuição no campo da educação e da saúde. Foram também retomadas as missões nas mais difíceis e abandonadas regiões, Amazônia e Centro-Oeste. A Igreja pediu aos católicos maior empenho social e político.

21. Não obstante muitos aspectos positivos do passado, ficaram marcas negativas, fruto também de erros dos cristãos. Sem pretender culpar nossos antepassados, sentimos a necessidade de pedir perdão daquilo que objetivamente foi contra o Evangelho e feriu gravemente a dignidade humana de muitos irmãos e irmãs nossos. Aos índios foram tiradas as terras, a vida e até mesmo a razão de viver. Dos negros foi violentada a liberdade e a eles foi dificultada a conservação de sua cultura e memória, e até hoje, não lhes foi restituída a condição da plena cidadania. É ainda de extrema carência a situação de parte do povo. Ela tem as suas raízes na longa história de exclusão da sociedade brasileira. A população pobre, juntamente com índios e negros, é credora de uma imensa dívida social, acumulada durante os séculos da formação de nosso povo.

22. Diante dessas situações dolorosas, que perduram em nossos dias, pedimos perdão a Deus e a esses nossos irmãos e irmãs. Este pedido exige, de cada um de nós, que somos cidadãos e cidadãs desta pátria – mais ainda por sermos cristãos –, o sincero arrependimento e o desejo de reparar o mal feito, decidindo-nos a viver no espírito do Evangelho e a ser, hoje, instrumentos de reconciliação e de edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

### 3. TOMANDO CONSCIÊNCIA DO PRESENTE

23. No presente, preocupa-nos a população mais pobre, mais sofrida. O seu poder aquisitivo é quase nulo, o desemprego se faz sentir fortemente, a terra é mal distribuída. Há falta de saneamento básico e de assistência à saúde, e o ensino público está em decadência. O aumento da violência, a expansão do tráfico de droga, a prostituição tanto de adultos quanto de jovens e crianças, a exploração do trabalho infantil, o permissivismo moral, o desmantelamento das famílias são alguns aspectos da vida do nosso povo, que, diariamente, sentimos em nossa experiência pastoral.

24. Surgem novas realidades que pedem nossa atenção urgente. Entre elas, sobretudo a globalização. Em si, o intercâmbio de informações, de recursos financeiros, de produtos materiais e de bens culturais é positivo. A tecnologia oferece-nos, hoje, uma nova e extraordinária possibilidade de solidariedade humana. Há, todavia, na globalização o perigo de se perder a identidade e a soberania do País. É necessário distinguir, como nos advertiu João Paulo II, no sínodo da América, realizado em 1997, entre uma globalização econômica dirigida só pela lei do mercado, aplicada conforme a conveniência dos mais poderosos, e uma globalização da solidariedade, que deve ser incentivada.

25. Dá-se uma transformação no campo ético e religioso. Valoriza-se a subjetividade. Ela, porém, não deve descambar para o subjetivismo e individualismo, afetando os fundamentos da convivência democrática. Tanto menos é aceitável a tendência para o relativismo no campo dos valores e da verdade.

26. Outro valor é o da pluralidade cultural e étnica, que sabe estimar as legítimas diferenças culturais de diversas origens de nossa população, tendo principalmente em vista os povos indígenas, as minorias étnicas, os descendentes de africanos, as mulheres, as crianças, os adolescentes, os jovens e os idosos. Esse valor é negado quando essas pessoas são discriminadas por meio de um racismo disfarçado ou de desprezo e humilhação.

27. O nosso povo, também hoje, sobressai pela prática das virtudes da acolhida, da hospitalidade e da solidariedade. Sabe recriar constantemente o tecido das relações sociais e favorecer a construção de uma identidade plural, aberta e responsável. Isso é visível na sua capacidade de assumir, ao longo dos anos, as expressões culturais trazidas pelos imigrantes que escolheram o Brasil como sua pátria. É notável ainda a alegria contagiante do povo brasileiro.

28. As mudanças das últimas décadas foram vividas e acompanhadas de perto pela Igreja, que procurou denunciar e combater as conseqüências da adoção de medidas políticas e econômicas que acarretaram males e sofrimentos para as classes sociais mais humildes e indefesas<sup>8</sup>.

29. Ficou conhecida a luta da Igreja pelos Direitos Humanos, em nosso País e na América Latina, face às ditaduras militares. Sabemos quanto a Igreja sofreu com assassinatos de bispos, padres, religiosos e leigos mais comprometidos com a justiça e com as perseguições realizadas contra eles.

30. Nesse mesmo período, a Igreja foi a voz dos que não tinham voz na denúncia das arbitrariedades do poder, fundamentadas na ideologia da Segurança Nacional. Partiram do episcopado as primeiras denúncias quanto à falsidade dos princípios da Doutrina da Segurança Nacional, contrária à doutrina da Igreja. Essa discordância foi confirmada por documentos aprovados por assembleias do episcopado.<sup>9</sup> A postura de independência diante do poder estabelecido vem caracterizando uma nova posição da Igreja católica na sociedade, privada de favores e benesses de que gozava no passado, mas muito próxima do povo e dos que sofrem, o que lhe confere autoridade moral e credibilidade junto à população brasileira.

31. Na atuação da Igreja nas últimas décadas, desempenhou papel de liderança a Ação Católica, geral e especializada. Coube à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, a articulação da ação pastoral, favorecendo a colegialidade e unidade de atuação do episcopado e dando maior destaque à presença pública da Igreja. Contribuiu, ainda, para a recepção das diretrizes do Concílio Vaticano II e para a difusão do planejamento e da Pastoral de Conjunto. Com o apoio da CNBB, foram criados numerosos organismos pastorais, que levaram a presença da Igreja para mais perto do povo marginalizado e sofredor, concretizando a evangélica opção preferencial pelos pobres. Multiplicaram-se, nesse contexto, as Comunidades Eclesiais de Base. As paróquias, que hoje ultrapassam o número de 8.500, foram dotadas de uma rede de 100 mil comunidades, confiadas à responsabilidade de leigos cristãos, homens e mulheres. Uma nova contribuição à evangelização e à catequese veio dos movimentos e das redes católicas de rádio e televisão.

32. As transformações no campo religioso, nas últimas décadas, trouxeram para o Brasil um pluralismo religioso mais amplo, incluindo também posições de indiferentismo e de ateísmo, desafiando a Igreja Católica a tornar mais nítida e autêntica sua proposta evangelizadora e a buscar o anúncio que atenda melhor às expectativas do mundo de hoje. Grande atenção vem sendo dada à formação e às atividades dos leigos na Igreja. Aumentou também a responsabilidade missionária do Brasil, chamado agora a retribuir mais generosamente à cooperação missionária que recebeu e a pagar sua dívida moral com o continente africano. Alegramo-nos também pelos passos dados no campo ecumênico, que trouxeram novo entendimento e formas de cooperação entre algumas Igrejas cristãs.

33. Mais recentemente, assistimos ao surgimento de novas experiências religiosas, legitimamente cristãs, conhecidas como movimentos, que vêm contribuindo para o seguimento de Cristo e a participação na Igreja. O Papa João Paulo II tem feito pronunciamentos e promovido eventos, manifestando seu apoio e admiração por eles. Oferecemos-lhes igual apoio, junto com orientação e acompanhamento permanentes, para que sejam sempre fiéis ao Evangelho, no louvor a Deus, no amor ao próximo e no verdadeiro compromisso com a justiça social.

34. Aos nossos olhos, a raiz dos males que afligem o país tem o nome de pecado e de estruturas de pecado<sup>10</sup>. Sentimo-nos co-responsáveis pelas falhas de nossa sociedade e pedimos perdão a Deus e aos irmãos ofendidos. Fazemos isso na convicção de que os 500 anos do Brasil serão celebrados muito melhor com a decisão de transformar nossos propósitos e nossos atos do que com a retórica do ufanismo. Olhando para o futuro, queremos agora discernir os principais compromissos para com a grandeza e o progresso do Brasil e indicar também as responsabilidades próprias e características de quem professa a fé cristã.

#### **4. CONSTRUINDO O FUTURO**

35. A sociedade brasileira dispõe de recursos, conhecimentos e pessoas para a construção de um futuro de dignidade e esperança para seu povo. Essa construção é de responsabilidade de todos os brasileiros, segundo as condições e possibilidades de cada um. Não pode ser delegada simplesmente ao Governo ou à classe política, que também devem reorientar sua atuação para atender às necessidades do povo. Todos devemos ser parceiros na busca do bem comum e do desenvolvimento do país. A Igreja, como instituição e como corpo de fiéis, aberta ao diálogo com todos os brasileiros, quer participar da busca do bem comum e apresenta algumas reflexões e propostas.

##### **4.1. Assumir a responsabilidade com a comunidade e a sociedade**

36. O primeiro compromisso de todos e de cada um – contra a atual tendência ao individualismo e ao corporativismo – é o de assumir efetivamente as próprias responsabilidades para com a comunidade local e a sociedade no seu conjunto. Isso exige a participação democrática em todos os níveis. Não se deve reduzir a democracia só às eleições, deixando que os eleitos tudo resolvam durante seu mandato. Ao contrário, uma verdadeira democratização da sociedade requer que os cidadãos sejam co-responsáveis pela gestão dos bens públicos – das escolas, dos postos de saúde, do orçamento municipal – e assumam a tarefa de orientar e vigiar a administração pública por meio de conselhos paritários, previstos na lei ou que podem ser criados para garantir transparência ao serviço público e a participação do maior número de cidadãos. Em particular, os cidadãos devem acompanhar, apoiar e fiscalizar a atuação das Câmaras Municipais, das Assembléias Legislativas e do Congresso Nacional, bem como do Poder Executivo e do Poder Judiciário, e têm direito a serem informados com clareza sobre o destino dos recursos públicos.

37. Essa participação democrática aproximará o Estado dos verdadeiros interesses da população, evitando que permaneça a serviço de poucos. Sua redução a “Estado mínimo”, em nosso país, redundaria no enfraquecimento dos direitos sociais e numa sociedade abandonada puramente às leis do mercado.

38. Portanto, é necessário redobrar o cuidado na escolha dos representantes do povo e no acompanhamento da atuação dos eleitos. Antes de novas eleições, procurar-se-á avaliar com justiça a atuação dos partidos, analisando-se as ações de seus parlamentares e governantes. Incentivamos nossas comunidades e organizações pastorais a oferecer oportunidades de formação política, a estudar os programas dos partidos e promover outras iniciativas – cartilhas, palestras, debates, escolas de fé e política – que contribuam para um melhor discernimento das escolhas no campo político.

39. Apesar das muitas dificuldades, inclusive a de vencer o descrédito junto à opinião pública, continua importante a participação na vida política por meio dos partidos, dos quais também se espera um comportamento digno, à altura das exigências de sua importante missão. Pedimos especialmente aos partidos que se empenhem numa seleção rigorosa de candidatos qualificados, competentes e honestos. Não menos importante é a participação nos sindicatos e nos movimentos sociais que defendem, sem violência, a vida e os legítimos interesses das classes populares.

40. Muitas pessoas, na atualidade, buscam a expressão de sua cidadania em outros tipos de participação social e política. Mostram-se generosamente disponíveis, como voluntários, para defender o meio-ambiente, promover obras sociais, prestar assistência médica, oferecer gratuitamente serviços no imenso campo da educação, especialmente lá onde ainda faltam estruturas públicas adequadas. Alguns desses movimentos se organizam, no plano nacional e internacional, na forma de Organizações Não Governamentais (ONGs).

41. Convidamos nossas instituições católicas (paróquias, comunidades de base, pastorais, movimentos, associações) a intensificar sua ação social, em parceria com os poderes públicos, com outras Igrejas e com as ONGs. É geralmente reconhecido que a participação democrática demanda não apenas instrumentos jurídicos que a facilitem, mas sobretudo a presença ativa de organizações que a sustentem e uma "cultura" que a motive. Nesse campo, não há dúvida, pode ser grande a contribuição de meios de comunicação social, instituições, associações e escolas de inspiração católica.

#### **4.2. Garantir condições mínimas de subsistência**

42. O compromisso de toda a sociedade civil exige objetivos claros. Colocamos como prioritário o objetivo de resgatar a chamada "dívida social". Temos consciência de que a prática da justiça social é exigente. Um primeiro passo a ser dado é garantir condições mínimas de subsistência, compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Ainda que difícil, a consecução desse objetivo será viável com o apoio de todos. É preciso discutir sobre os meios mais eficazes para se chegar a resultados consistentes e evitar que as verbas destinadas aos programas sociais sejam desviadas de seu destino junto à população carente. Há iniciativas que já têm dado bons resultados, como a bolsa-escola, que vincula a ajuda à família à frequência escolar dos filhos. Com o cuidado de evitar corrupção ou desperdício, um programa para garantir a renda mínima deveria ser implementado. Também há evidente necessidade de moradias, saneamento básico, de melhoria da assistência à saúde e de valorização da escola pública. Será preciso apoiar a agricultura familiar, efetivar a reforma agrária e uma adequada política agrícola, valorizar a mulher e o homem do campo, garantir o abastecimento de gêneros alimentícios a baixo custo.

43. O fenômeno do desemprego merece atenção muito especial, pois tornou-se particularmente grave, trágico, nos últimos anos. O desemprego deve ser combatido por meio de políticas que facilitem a criação de novos empregos, inclusive pela transferência de trabalhadores de um setor da economia para outro. Essa transferência pode demorar, e a justiça social impõe, nesse caso, ao menos um seguro-desemprego temporário. É uma transferência que exige educação para o trabalho e sua valorização, por meio de treinamento e nova qualificação, oportunidades que o poder público e a iniciativa de instituições sem fins lucrativos devem oferecer.

44. Em muitos países, nos anos recentes, foram realizadas com sucesso diversas formas de assegurar crédito aos pobres, por meio de bancos que emprestam com juros baixos. O poder público e a iniciativa privada, além de organizações sem fins lucrativos e associações religiosas, muito poderiam realizar neste sentido.

45. A garantia de vida deve começar desde a concepção, e a infância deve receber especial apoio, se não quisermos comprometer o futuro. Propomos aos governos e à sociedade a realização de grande mutirão para assegurar vida com dignidade e esperança a todas as crianças, revertendo o quadro inaceitável de desnutrição, trabalho infantil e falta de educação básica.

#### **4.3. Promover a justa distribuição de renda**

46. Estamos convictos de que objetivos como garantir a renda mínima ou tornar o crédito mais acessível aos pobres supõem o crescimento econômico, com justa distribuição de renda. Não cabe a nós discutir eventuais alternativas de política

econômica ou aspectos técnicos da questão, mas é nossa responsabilidade reafirmar alguns princípios de orientação ética. “É estrito dever de justiça fazer que as necessidades humanas fundamentais sejam satisfeitas. Por isso, é necessário que os seres humanos em situação de carência sejam auxiliados a adquirir os conhecimentos, a desenvolver suas aptidões e a estabelecer relações para melhor integrar-se na sociedade e sair do estado de necessidade. Acima da lógica da troca e do lucro, existe *algo que é devido à pessoa humana porque é pessoa*, com base na sua própria dignidade. Esse *algo* comporta inseparavelmente a possibilidade de sobreviver e a de dar um contributo ativo para o bem comum”<sup>11</sup>.

47. O ex-presidente do FMI reconhece: “Há 15 anos, tínhamos a impressão de que o mercado não poderia conviver com a ética. Que a justiça e a eficácia eram contraditórias. Hoje, nos damos conta de que isso não é verdade. Percebemos que a democracia participativa, por exemplo, é melhor para o desenvolvimento econômico do que a ditadura. Percebemos que a busca da eficácia social, da diminuição da pobreza, pode ser um fator de sustentação do crescimento”<sup>12</sup>.

48. A doutrina social da Igreja reconhece a economia de mercado como eticamente admissível desde que enquadrada num sólido contexto jurídico, ou seja, dentro de normas reguladoras que garantam eficiente produtividade e ampla comercialização que facilite a todas as camadas sociais o acesso aos bens produzidos, pondo-a, assim, a serviço da pessoa humana<sup>13</sup>.

49. Ora, para nosso país, o que reivindicamos e acreditamos ser condição necessária da justiça social e do desenvolvimento democrático é exatamente o “sólido contexto jurídico”. No atual âmbito da globalização, essa regulamentação jurídica para a atividade econômica falta no plano mundial e é uma reivindicação urgente. Enquanto não for criada uma legislação internacional eficaz, mais urgente é adequar nossa legislação interna às novas condições da economia e do atual sistema financeiro. Trata-se de deixar claras as regras do jogo e de dar transparência plena à administração pública.

50. Em nosso país, temos a lamentar a falta dessa transparência e o que foi chamado de “promiscuidade” entre o público e o privado, pela qual administradores e recursos públicos são colocados a serviço de interesses particulares. São decisões a respeito dos bens do Estado, e portanto de todos, tomadas com vista ao interesse de poucos, geralmente dos mais poderosos. A opinião pública lamenta que o Estado, que procura privatizar suas atividades econômicas e até confiar à iniciativa privada responsabilidades que seriam de sua competência (como, por exemplo, parte da educação, da previdência social, da assistência social, dos serviços de saúde), seja tão solícito em gastar seus recursos financeiros em socorro aos bancos (particulares e estaduais) ou no pagamento de juros altíssimos, de tal forma que socialize as perdas, mas não os benefícios<sup>14</sup>. Critica-se aqui, além de uma política “neoliberal”, sem contornos éticos, uma forma arcaica e antidemocrática de favorecimento de uns em detrimento da maioria.

#### 4.4. Combater a corrupção e a impunidade

51. É preciso acrescentar que a estrutura jurídica adequada não terá eficácia se não for efetivamente acompanhada pelo combate à corrupção e à impunidade. Observadores internacionais e brasileiros constataam um alto nível de corrupção em nosso país. Não negamos um esforço notável do Governo, sobretudo na área fiscal, para evitar a sonegação ou combater a grilagem das terras. Mas parece evidente que o alto nível de corrupção está relacionado com a impunidade dos culpados. Quando os escândalos vêm à tona ou as investigações conseguem desvendar fraudes e crimes, raramente os principais culpados são punidos. Apelamos para os membros do Poder Judiciário, em todos seus níveis hierárquicos, no sentido de empregarem todos os meios que a lei lhes permite para acelerar o andamento de processos destinados à apuração dos atos de corrupção e condenação dos realmente culpados. Se possível, promovam a alteração das normas processuais que facilitam as manobras de protelação dos julgamentos.

52. A corrupção se estende ao mecanismo fundamental da democracia – as eleições – e, por isso, temos apoiado a iniciativa da Comissão “Justiça e Paz” contra a corrupção eleitoral, acolhida pelo Congresso e transformada em lei. Apelamos, porém, a todos os cidadãos a fim de que a corrupção eleitoral seja combatida antes de tudo nas consciências, tornando claro a candidatos e eleitores como essa prática mina a própria base da democracia e aumenta o domínio da injustiça.

53. Outro dano gravíssimo à vida democrática deriva do atual processo de descrédito que envolve os três poderes. A multiplicação das denúncias de corrupção e fraude, que representantes do poder público lançam um contra o outro, sem que apareça, com clareza e rapidez, a apuração das denúncias e a punição dos culpados, cria na opinião pública um sentimento de frustração e de desconfiança nas instituições democráticas. A Igreja Católica, porém, insiste em valorizar institutos democráticos como a autonomia dos três poderes, a liberdade de informação e de manifestação dos cidadãos. Insiste igualmente na formação da consciência ética e religiosa como caminho de superação da atual crise que enfraquece as bases da convivência democrática.

54. A maioria da população sofre na carne a violência, que se instalou sobretudo nas cidades, pela difusão do crime organizado, gerando grande sensação de insegurança. Entre as causas desse crescente e alarmante fenômeno, que faz cotidianamente dezenas de vítimas, estão o enfraquecimento dos laços comunitários, a marginalização de crescente número de cidadãos, o consumo e tráfico de drogas, a corrupção dos aparatos responsáveis pela segurança pública e a impunidade reinante.

#### **4.5. Fortalecer a consciência ética**

55. O fortalecimento da consciência ética nas atividades públicas e na política partidária, bem como no uso dos recursos da Nação, apresenta-se como aspiração não só da Igreja, mas de toda a sociedade civil. O povo espera, não só dos governantes e dos políticos mas de todas as elites, um compromisso mais claro e efetivo com o interesse nacional. Fazemos apelo aos detentores da riqueza para que invistam no desenvolvimento do País, gerando empregos e bem-estar para todos os brasileiros. Denunciamos a gritante contradição entre o acúmulo de uma pesada dívida externa e interna, gravemente onerosa para o Estado e para todos os cidadãos, e o envio de capitais brasileiros para o exterior, de forma aberta ou camuflada<sup>15</sup>.

56. Novos questionamentos éticos são colocados à nossa geração pelos avanços da ciência e da tecnologia. A Igreja está preocupada com o pleno respeito da vida humana, desde a concepção até a morte. Diante do crescimento das possibilidades de intervenção nos ciclos biológicos, tanto humanos quanto animais e vegetais, exige-se uma prudência em todas as intervenções que possam ter conseqüências negativas sobre a vida, em particular sobre a vida humana. Esta não pode ser tratada como objeto manipulável à vontade, pois é uma realidade que tem valor em si mesma e direito inviolável à existência.

57. O fortalecimento da consciência ética precisa, necessariamente, atingir as dimensões pessoais e familiares, como o fortalecimento da sacralidade do casamento que, por iniciativa divina, acontece entre um homem e uma mulher. Assistimos a uma avalanche de divulgação de valores antagônicos à natureza humana. São dessa ordem a chamada “produção independente”, a mentalidade antinatalista, a esterilização voluntária, a aprovação da eutanásia, dentre outros.

#### **4.6. Promover uma sociedade que respeite as diferenças**

58. É preciso efetivar outro aspecto da democracia em nosso país: a convivência pacífica das diversas etnias, culturas e expressões religiosas, o respeito das legítimas diferenças, a valorização daquela parte da população até hoje discriminada.

59. A Igreja católica, também, é chamada a uma séria revisão dos pensamentos e atitudes. Não podemos tolerar formas de discriminação, opressão e violência contra seres humanos, que reconhecemos irmãos, filhos do mesmo Pai celeste. Nem podemos aceitar uma concepção depreciativa da mulher, quando exaltamos a Imaculada Mãe de Deus e a reconhecemos como padroeira do Brasil. Cabe-nos não somente revisar nossas atitudes, mas acolher, com abertura de espírito, as justas reivindicações de movimentos – indígenas, da consciência negra, das mulheres e outros – que representam, de forma organizada, os anseios dos grupos humanos discriminados no passado e em luta pela igualdade de direitos no presente. Sentimos a obrigação de nos empenhar na defesa das diferenças culturais, com especial atenção às populações afro-brasileiras e indígenas. Assumimos o compromisso de exigir a observância da disposição constitucional de demarcar e regularizar as terras indígenas e dos remanescentes dos quilombos.

#### 4.7. Preservar o meio-ambiente

60. Temos a responsabilidade de evitar a depredação da natureza e de não deixar às novas gerações uma terra poluída e devastada. Nossa obrigação é maior porque o Brasil conta com riquezas naturais excepcionais. Basta citar aqui água e matas, dois recursos que tendem a se tornar escassos no mundo e que devem ser preservados, dentro do princípio do desenvolvimento sustentável, em que se procura repor o que foi consumido. Infelizmente, o que vemos é a depredação da floresta e a poluição do ar e das águas. Nossos irmãos bispos da Amazônia temem que, no ritmo atual, toda a floresta seja destruída em menos de 25 anos<sup>16</sup>. É urgente que a nação brasileira, a bem de toda a humanidade, reaja eficazmente contra esse perigo, inclusive para evitar interferências externas, enfrentando assim uma grave ameaça que preocupa o mundo todo.

61. A questão ambiental se põe no Brasil também no meio urbano, onde se concentra cerca de 80% da população. Há um quadro preocupante de deterioração física, social e econômica e de degradação ambiental nas cidades brasileiras. Há urgência de políticas públicas – federais, estaduais e municipais, devidamente articuladas – para enfrentar a situação e obter uma inversão de tendências. Estima-se (a partir de dados de 1995) um déficit habitacional da ordem de 5,6 milhões de moradias, das quais 4 milhões em áreas urbanas. O abastecimento de água chega a 67% da população brasileira (88% em áreas urbanas), mas apenas 31% da população é atendida com esgoto sanitário, o que traz aumento de poluição nos cursos de água e maior difusão das doenças que têm sua origem na água poluída, com perigo de epidemias. A intensificação do uso do transporte motorizado causa poluição do ar, em níveis sempre mais perigosos.

### 5. A IGREJA A SERVIÇO DA ESPERANÇA

62. Estamos diante de um novo milênio em que a nação brasileira espera viver na fidelidade à sua identidade mais profunda e, portanto, livre de tudo aquilo que até agora a impediu de se manifestar plenamente: dependência, desigualdade, desprezo e discriminação. A muitos assalta o temor, alimentado pelas crises e dificuldade recentes de que, no futuro próximo, o povo brasileiro encontre enormes obstáculos.

63. Desejamos, confiantes, renovar nossa fé. Proclamamos que Jesus Cristo é a nossa esperança. Sua presença no meio de nós é a garantia de que a semente do Evangelho jamais será sufocada ou destruída pelas forças do mal. Ela é destinada a tornar-se a espiga que dará muitos grãos e a árvore que oferecerá abrigo a muitas aves.

64. A proposta do Evangelho aponta para novas e insondáveis riquezas no futuro. A religião cristã nos ensina a considerar a beleza da criação e do plano salvífico de Deus, que nos ajuda sempre a superar o pecado e as fraquezas e a descobrir horizontes novos de esperança. A religião que se funda em Jesus Cristo é religião da glória. É um existir em novidade de vida para louvor da glória de Deus (cf. Ef 1,12)<sup>17</sup>. Toda criação é manifestação de sua glória; de modo particular, o homem é epifania da glória de Deus, chamado a viver da plenitude da vida de Deus<sup>18</sup>.

65. A fé cristã une estreitamente o amor a Deus e o amor aos irmãos. Um não pode ser autêntico sem o outro. “Se alguém disser: Amo a Deus, mas odeia seu irmão, é mentiroso, pois quem não ama seu irmão a quem vê, não poderá amar a Deus, a quem não vê” (1Jo 4,20)<sup>19</sup>. Em outras palavras: “O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa, e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho”<sup>20</sup>. Por isso, nossa reflexão e nossas análises da realidade brasileira nascem desse amor fraterno, da solidariedade irrestrita com todos os que amam nossa Pátria.

66. Dirigimos, com afeto, uma palavra de incentivo e encorajamento aos membros de nossas comunidades para que procurem avançar, a cada dia, no caminho de sua vocação, a exemplo de São Paulo, que dizia: “esquecendo o que fica para trás e avançando para o que está adiante, prossigo para o alvo” (Fl 3, 12-14)<sup>21</sup>.

67. Contemplando a vida e o futuro de nossas comunidades cristãs, desejamos partilhar com os irmãos e irmãs, as luzes que o Espírito Santo nos oferece e que nos dão conforto e consolação espiritual em meio aos desafios e vicissitudes cotidianas.

69. Nossa palavra de pastores, em sintonia com a exortação apostólica *Ecclesia in America*, quer assumir a Nova Evangelização e apontar aspectos fundamentais de nosso encontro com Jesus Cristo, caminho de conversão, comunhão e solidariedade.

### 5.1. Conversão e santidade

69. Unidos em oração, com a Mãe de Deus, a exemplo dos apóstolos no Cenáculo, invocamos o Espírito Santo para que, neste Ano de Graça, santifique sempre mais nossas comunidades e a cada um de nós, configurando-nos a Jesus Cristo, a fim de que possamos ser “sal, luz e fermento” no mundo. Cresçam, portanto, a meditação pessoal e comunitária da palavra de Deus, a formação contínua, a participação nos sacramentos e na vida litúrgica, especialmente na celebração da palavra e na Eucaristia aos domingos.

70. A força da graça divina renove em nós a conversão pessoal ante as solicitações do hedonismo e do consumismo e nos faça dar exemplo de uma vida simples, sóbria, austera e solidária. Diante das constantes agressões ao dom inestimável da vida e da santidade familiar, continuem os cristãos a oferecer o testemunho da própria fé. Assim, diante da cultura da morte que esteriliza a fertilidade, manipula e elimina vidas nascentes e indefesas e enaltece o descontrolado sexual, cabe aos cristãos mostrar que os ensinamentos do Evangelho e da doutrina da Igreja – embora nem sempre aceitos pela sociedade atual – apontam para a realização da verdadeira felicidade, em consonância com a vontade de Deus que nos criou para a experiência plena do amor.

### 5.2. Alegria da comunhão fraterna

71. Lembrados da palavra de Jesus de que seremos conhecidos como seus discípulos se nos amarmos uns aos outros, agradecemos a Deus a comunhão que o Espírito Santo realiza em sua Igreja e fazemos um apelo a uma vivência mais fervorosa e alegre da santidade pessoal e da vida comunitária.

72. A comunhão eclesial que nos sustenta é, antes de tudo, a comunhão na Igreja Católica, presente no mundo inteiro, que tem em Roma seu centro e no sucessor de Pedro, o Papa João Paulo II, seu pastor, ao qual expressamos nosso reconhecimento por sua presença em nossa celebração dos 500 anos, mediante seu Cardeal Legado. Contamos com a comunhão e a solidariedade da Igreja de muitos países, que nos ajudam com recursos humanos e materiais. Expressamos nossa gratidão a essas Igrejas e a seus missionários. Essa comunhão se concretiza na Igreja no Brasil, com seu povo, seus fiéis leigos, seus corajosos agentes de pastoral, seus consagrados e consagradas, seus presbíteros, diáconos, ministros e seminaristas, e a Conferência Episcopal que nos reúne e na qual procuramos, no respeito da legítima autonomia de cada Diocese ou Igreja Local, traçar um caminho comum. Destacamos nossa comunhão com os presbíteros que, tanto para a Igreja quanto para a Pátria brasileira, prestam um serviço

de grande valor. Louvamos a Deus pelo testemunho de vida e de serviço ao povo que, nas várias dioceses, oferecem os membros das inúmeras Congregações e Institutos de Vida Consagrada. Neste serviço eclesial se distingue a dedicação das mulheres que, sem medir sacrifícios, atuam nos hospitais, nas escolas e nos meios populares mais sofridos.

73. Continuem, pois, os louváveis esforços pastorais, voltados aos jovens e às famílias, buscando atrair, com o exemplo das virtudes cristãs, especialmente as novas gerações, para o dom de si, a paz e a alegria do coração. Constatamos que os jovens, fortalecidos pela catequese e o sacramento da crisma, têm dado provas cada vez mais convincentes de seu compromisso cristão, respondendo em maior número ao chamado de Deus para o serviço da Igreja. Saudamos a notável dedicação das comunidades na formação bíblica e litúrgica e na organização das pastorais, com particular atenção à evangélica opção preferencial pelos pobres. Exortamos, ainda, que as iniciativas comunitárias e dos movimentos eclesiais encontrem, na estima recíproca, caminhos de comunhão e colaboração fraterna.

74. A alegria da nossa comunhão fraterna ajudar-nos-á a intensificar nosso diálogo ecumênico e inter-religioso, de acordo com os apelos e orientações da Igreja, que nos recomenda a oração pela unidade e a cooperação com as outras Igrejas a serviço dos que padecem necessidades espirituais e materiais.

### 5.3. Solidariedade e zelo missionário

75. Nossa exortação final é a respeito da participação do povo de Deus na missão da Igreja. A fé em Jesus Cristo e o amor incondicional à sua pessoa levam-nos, com ardor, a assumir, como nossa principal tarefa, a evangelização. O anúncio, além da palavra explícita sobre o mistério do Cristo, inclui também o serviço, o diálogo e todas as formas de presença dos cristãos que testemunham a fé na pessoa e mensagem de Nosso Senhor.

76. Alegra-nos pensar nas iniciativas das missões populares em que muitos leigos se prepararam, sem medir sacrifícios, para anunciar Jesus Cristo a seus irmãos. Incentivamos também a catequese de crianças, jovens e adultos. Lembramos a visitação aos lares, os grupos de reflexão, os encontros de comunidade e o zelo pelos que estavam afastados da vida eclesial. Unimos uma palavra de estímulo aos que se dedicam aos novos areópagos dos meios de comunicação e da cultura e aos desafios do mundo do trabalho.

77. Abrem-se os horizontes para a solidariedade com povos e países da África e Ásia que padecem condições dramáticas de miséria. Consideramos urgente a colaboração missionária em benefício de regiões que carecem de agentes de pastoral ou onde o evangelho de Jesus Cristo ainda não foi proclamado. Manifestamos nosso apreço e encorajamento aos missionários, homens e mulheres, que deixaram sua terra para anunciar Jesus Cristo nas áreas mais pobres ou distantes, nas periferias das cidades, na Amazônia, como também além fronteiras, na América Latina, na Ásia e em várias dioceses da África. Deus, que não se deixa vencer em generosidade, há de fortalecê-los na fé e na doação e fazer brotar em nossa Igreja, novas e destemidas vocações missionárias.

78. Agradecemos a Deus os esforços de cada irmão e cada irmã que, segundo seu carisma e estado de vida, se empenham, muitas vezes no escondimento, em cumprir sua missão, oferecendo sua existência como oblação agradável a Deus (cf. Rm 12,1)<sup>22</sup>. Lembramos com afeição os irmãos e irmãs, que se consagram à vida contemplativa. Pensamos na fidelidade dos cônjuges, na dedicação à família e ao trabalho, no devotamento aos portadores de deficiências e às crianças e encarcerados, na prevenção e cura da dependência química, na promoção do bem comum e no empenho para transformar a sociedade. Temos diante de nós, em especial, a oferta dos idosos e dos enfermos que unem seus padecimentos a Jesus Cristo para a salvação do mundo.

79. Rogamos à Virgem Aparecida, Mãe de Deus e nossa, padroeira do Brasil, para que, como no passado ajudou a manter viva no povo a fé e a esperança, oferecendo aos sofredores e às vítimas a imagem da face materna e misericordiosa de Deus, suscite no coração de cada brasileiro, os sentimentos de fraternidade e solidariedade, fundamento de novas relações sociais e penhor de um mais alto destino para a Pátria que todos queremos.

80. Damos novamente graças a Deus pela fé cristã de nosso povo e pela busca da verdade por parte dos que ainda não chegaram a reconhecer em Cristo o único Salvador, suplicando, com o apóstolo Paulo, “que o Pai glorioso vos dê o Espírito da sabedoria e da revelação, para que o conheçais de verdade. Que Ele ilumine os olhos de vosso coração, para que conheçais a esperança à qual Ele vos chama, a riqueza da glória que Ele nos dá em herança entre os santos, e a extraordinária grandeza do poder que Ele exerce” (Ef 1,17-19)<sup>23</sup>.

81. “Àquele que tem o poder de realizar, por sua força agindo em nós, infinitamente mais do que possamos pedir ou pensar, a Ele a glória na Igreja e no Cristo Jesus, por todas as gerações, na duração do séculos. Amém” (Ef 3,20-21)<sup>24</sup>.

## **OS BISPOS DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL**

### **Nota:1**

**Mc 10,45:** “Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos”.

### **Nota:2**

cf. **At 10,34-35:** “Pedro então começou a falar: “De fato, estou compreendendo que Deus não faz diferença entre as pessoas. Pelo contrário, ele aceita quem o teme e pratica a justiça, seja qual for a nação a que pertença”.

### **Nota:3**

**Cl 1,17:** “Ele existe antes de todas as coisas, e tudo nele subsiste”.

### **Nota:4**

**Jo 1,3:** “Tudo foi feito por meio dela, e, de tudo o que existe, nada foi feito sem ela”.

### **Nota:5**

**Rm 5,14:** “Ora, a morte reinou de Adão até Moisés, mesmo sobre aqueles que não haviam pecado, cometendo uma transgressão igual à de Adão, o qual é figura daquele que devia vir”.

### **Nota:6**

cf. **Concílio Vaticano II, GS, 22:** “O mistério do ser humano só se ilumina de fato à luz do mistério do Verbo encarnado. O primeiro homem, Adão, era imagem do futuro, o Cristo Senhor. Ao revelar o mistério do Pai e de seu amor, Jesus Cristo, o último Adão, manifesta plenamente aos seres humanos o que é o ser humano e a sublimidade da vocação humana. Não admira, pois, que todas as verdades a que anteriormente aludíamos tenham sua fonte em Cristo, e nele alcancem sua máxima expressão. Ele é “*imagem do Deus invisível*” (Cl 1, 15), homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a integridade violada pelo pecado. Nele, a natureza humana foi assumida sem ser afetada e, por isso mesmo, tornou-se ainda mais digna e preciosa. Pela sua encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, uniu-se a todos os seres humanos. Trabalhou com mãos humanas, pensou e agiu como qualquer ser humano, amando com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, foi realmente um dos nossos em tudo, exceto no pecado.

Cordeiro inocente, tendo derramado livremente o seu sangue, nos mereceu a vida. Nele, Deus se reconciliou conosco e nos livrou da escravidão do demônio e do pecado, para que cada um de nós pudesse dizer com o apóstolo: o Filho de Deus “*me amou e se entregou por mim*” (Gl 2, 20). Sofrendo por nós, não apenas deu exemplo, para que lhe sigamos os passos, mas estabeleceu o caminho através do qual a vida e a morte ganham um sentido novo e se tornam vias de santificação.

O cristão, conforme a imagem do Filho, primogênito entre muitos irmãos, recebeu as “*primícias do Espírito*” (Rm 8, 23), tornando-se capaz de cumprir a nova lei do amor. Pelo Espírito, que “*é penhor da herança*” (Ef 1, 14), o homem interior se renova completamente, até a “*redenção do corpo*” (Rm 8, 23): “*Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês*” (Rm 8, 11). O cristão precisa sem dúvida e tem o dever de lutar contra o mal através de todas as dificuldades, aceitando, inclusive, a morte. Associado porém ao mistério pascal e configurando-se ao Cristo na morte, caminha animado pela esperança da ressurreição.

Isto não vale somente para os fiéis, mas para todos os homens de boa vontade, em cujo coração atua a graça, de maneira invisível. Como Cristo morreu por todos, todos são chamados a participar da mesma vida divina. Deve-se pois admitir que o Espírito Santo oferece absolutamente a todos os seres humanos a possibilidade de se associar ao mistério pascal, de maneira conhecida somente por Deus.

Eis o grande e admirável mistério do ser humano. Os fiéis o reconhecem através da revelação cristã. Por Cristo e em Cristo brilha uma luz no fim do túnel de dor e de morte, que nos sufocaria, não fosse o Evangelho. Cristo ressuscitou. Destruíu a morte com sua morte e a todos deu a vida, para que, como filhos no Filho, clamemos no Espírito: Abba! Pai!”.

### **Nota:7**

**DSD, Discurso inaugural, n.4:** “Desde os primeiros passos da evangelização, a Igreja Católica, movida pela fidelidade ao Espírito de Cristo, foi defensora infatigável dos índios, protetora dos valores que havia em suas culturas, promotora de humanidade diante dos abusos de colonizadores, às vezes sem escrúpulos. A denúncia das injustiças e das violações feita por Montesinos, Las Casas, Córdoba, Frei Juan del Valle e muitos outros, foi como um clamor que propiciou uma legislação inspirada no reconhecimento do valor sagrado da pessoa. A consciência cristã aflorava com valentia profética nessa cátedra de dignidade e de liberdade que foi, na Universidade de Salamanca, a Escola de Vitória (cf. Discurso à II Assembléia Plenária da Pontifícia Comissão para a América Latina, 14 de maio de 1991), e em tantos outros exímios defensores dos nativos, na Espanha e na América Latina. Nomes que são bem conhecidos e que, por ocasião do V Centenário, foram lembrados com admiração e gratidão. De minha parte, e para precisar os perfis da verdade histórica pondo em relevo as raízes cristãs e a identidade católica do Continente, sugeri que se celebrasse um Simpósio Internacional sobre a História da Evangelização da América, organizado pela Pontifícia Comissão para a América Latina. Os dados históricos mostram que foi levada a cabo uma válida, fecunda e admirável obra evangelizadora e que, através dela, ganhou de tal modo espaço na América a verdade sobre Deus e sobre o homem que, de fato, ela mesma constitui uma espécie de tribunal de acusação dos responsáveis daqueles abusos.

Da fecundidade da semente evangélica depositada nestas terras abençoadas, pude ser testemunha durante as viagens apostólicas, que o Senhor me permitiu realizar nas vossas Igrejas particulares. Como não manifestar abertamente minha ardente gratidão a Deus, por ter-me concedido conhecer a realidade viva da Igreja na América Latina! Nas minhas viagens ao Continente, assim como durante as vossas visitas “ad Limina”, e em outros diversos encontros – que fortaleceram os vínculos da colegialidade episcopal e a co-responsabilidade na solicitude pastoral por toda a Igreja – pude comprovar repetidamente o vigor da fé das vossas comunidades eclesiais e também medir a dimensão dos desafios para a Igreja, ligada indissolavelmente à mesma sorte dos povos do Continente”.

**Nota:8**

cf. os **Pronunciamentos da CNBB:** *Exigências cristãs de uma ordem política* (1977); *Igreja e problema da terra* (1980); *Solo urbano e ação pastoral* (1982); *Por uma nova ordem constitucional* (1986); *Exigências éticas da ordem democrática* (1989); *Ética, pessoa e sociedade* (1992).

**Nota:9**

D. **Cândido Padin**, “*A Doutrina da Segurança Nacional à luz da Doutrina da Igreja*”, SEDOC, 1968, 432-444; *Exigências cristãs de uma ordem política*, 1977, 33-39; *Por uma nova ordem constitucional*, 1986, 10-12. O presente documento provocou grande celeuma em certos ambientes. Para situá-lo nada melhor do que um esclarecimento do próprio Dom Cândido Padin:

*“O estudo é apenas um ponto de partida para uma análise da responsabilidade dos cristãos na atual conjuntura brasileira. Como todo estudo, não pode ser considerado acabado e definitivo. Como estudo de um processo social focaliza especialmente fenômenos sociológicos dentro de uma visão evolutiva. Não pretende fixar responsabilidade de determinadas pessoas. A crítica é feita a uma estrutura global, cujas últimas conseqüências nem todos percebem.*

*Assim como, no tempo do nazismo na Alemanha, houve cristãos que aceitaram as posições do regime sem perceber que contrariavam as verdadeiras exigências do cristianismo, também agora no Brasil nem todos percebem que certos conceitos e posições, assumidos por essa concepção política, não correspondem à doutrina da Igreja. Admito, portanto, a boa fé dos que defendem tal concepção. Mas não pode ela ser identificada com um projeto de sociedade realmente cristã”.*

*Introdução* – A Igreja, no desenvolvimento histórico a que está destinada, vai-se defrontando com fenômenos sociais e políticos denunciadores, do mesmo tempo, de causas que lhe bloquearam sua ação de serviço à humanidade no passado e que no presente podem produzir os mesmos efeitos, dada a política que rege os fatos sociais.

A ante-história que se delineou no mundo através da política que eclodiu na realidade do nazismo atuante, de certo modo e bem comparado, vai-se traçando também na política nacional brasileira, anunciando encarnações de que o mundo já foi espectador num passado não muito remoto.

E a escravidão a se implantar que se escondia por detrás de todo um clã-poder supranacionalista de Hilder, coloca-se numa dialética irreversível no desenvolvimento-tipo por que se está encaminhando a nossa estrutura nacional.

“Tudo que de cultura nos oferece hoje o mundo, tudo que produziu a arte, a ciência e a técnica é quase exclusivamente obra do Ariano. De onde se pode concluir que ele foi o fundador da humanidade superior e encarna o arquétipo de homem. É o Prometeu humano. De sua frente luminosa desprende-se, em todos os tempos, a centelha divina do gênio” (Hilder, *Mein Kampf*, p.31).

Substituamos aqui o Ariano pelas Forças Armadas. Encontraremos as mesmas posições que se afirmam e conseqüentemente partiremos para os mesmos efeitos.

Contudo, o racismo nazista encontrou forte obstáculo para realizar o ideal preconizado pela consciência do que significa ser filho de Ariano.

*A Igreja, o obstáculo* – Então, logicamente era preciso aniquilá-la, ou pelo menos silenciá-la.

Os métodos empregados para esse fim são denunciados por Pio XI na “*Mit Brennender Sorge*”.

Em resumo, procurou-se mascarar e camuflar toda ação contra a Igreja; criou-se em torno da Igreja um ambiente de desconfiança, de ódio, de difamação, de maquiavelismo; comprimiam-se a liberdade de ação da Igreja; canonizou-se a estatolatria; desvalorização do religioso (sentido), através do panteísmo de Gobineau, Gumplowicz via Hegel, Fichte e Kant; Cristo foi substituído pelo mito da raça e do sangue; envolvimento e comprometimento da Igreja, especialmente de suas autoridades; utilitarismo, *nacionalismo religioso* (do qual os chefes são os pontífices); deseducação na escola, nos meios de comunicação (lei da imprensa), nas associações juvenis; a perseguição para silenciar sacerdotes.

No Brasil vai surgindo o super-homem histórico para hoje. O super-homem força, julgamento, decisão. Instrumento do poder econômico. Uma técnica superdesenvolvida a serviço dos dois. Interdominação. Um garantindo o outro e tentando agregar a si, para a própria defesa, a turba dos fracos e subdesenvolvidos, mas rendosamente exploráveis. E um método geral para submeter os fracos parece ser transformá-los em estados-divindade, (exército) facilmente manobráveis. Os métodos particulares são os mesmos do nazismo, mais

refinados pela experiência. A finalidade não confessada talvez seja... o aniquilamento da Igreja, ainda uma vez, a única capaz de se opor a esse estado de coisas.

Isto aparecerá melhor no decurso da síntese que se pretende construir, por meio das presentes reflexões. Na primeira parte teremos a síntese histórica da evolução político-social brasileira, de 1930 até nossos dias. Na segunda parte teremos a síntese da ideologia que rege o Brasil hoje.

Na terceira parte teremos o confronto: Doutrina da Segurança Nacional (DSN) e a Doutrina da Igreja.

*Primeira Parte: Antecedentes e causas* - A crise política que o Brasil viveu na década de 1950/60 e terminou com o movimento militar de 1964 e todas as conseqüências trazidas ao país em nossos dias, está estreitamente ligada às transformações estruturais que o advento da industrialização determinou na esfera econômica, política e social.

O desenvolvimento, ao criar mecanismos de mudanças na estrutura da sociedade, gera padrões e formas de comportamento e expectativas radicalmente conflitantes com os padrões, e comportamentos da sociedade anterior. Esse conflito que abrange todos os campos da sociedade em transformação assume no campo político formas de poder e coalizão que oscilam entre sistemas de governo aparentemente democráticos e governos com tendências manifestamente autoritária ou ditatoriais.

A transformação de nossa economia, de tipicamente exportadora e monocultura em semi-industrial, resultou no deslocamento acelerado da população do campo para as cidades, na racionalização crescente das organizações e instituições sociais, na secularização da cultura, permitindo a ascensão de amplos setores da população a níveis e expectativas de consumo de países mais evoluídos e a formas de representatividade e participação na vida política.

Se a crise mundial de 1929 significou para o Brasil a opção por um modelo de desenvolvimento industrial, do ponto de vista político foi o marco inicial no caminho da democratização das instituições políticas e administrativas da nação.

A substituição da hegemonia política a partir de 1930, quando a burguesia latifundiária passou a dividir o poder com a burguesia industrial e financeira, recolocou em termos políticos o problema da participação da classe média e do proletariado urbano no sistema de poder nacional, com manifestações agudas, como foi o caso do movimento constitucionalista de São Paulo, a coluna Prestes, etc.

O desencadeamento do processo de luta política posteriormente veio continuado com o movimento da redemocratização em 1945 e conseqüentemente queda da ditadura Vargas; a campanha do monopólio nacional do petróleo, a morte de Vargas e as crises do governo Café Filho e Carlos Luz; o programa de metas de desenvolvimento do governo Kubitschek e a renúncia de Quadros; a posse de Goulart, as reformas de base e o movimento militar de abril de 1964; enfim toda uma seqüência de lutas políticas, em que os interesses oligárquicos postos à prova revelaram a fragilidade da estrutura política onde nem sempre o centro de decisão foi nacional, ou quando muito democrático.

A instabilidade política que estes fatos demonstraram, repetidos de resto na América Latina, Ásia e África, mostram claramente a existência de uma luta travada dia a dia, no sistema de poder do País, que se radicaliza mais ou menos em função da maior ou menor participação do povo nos instrumentos de decisão e dos interesses internacionais.

O crescimento do país, à medida que permitiu o estabelecimento de expectativas de melhores condições de vida em certas áreas, deixou de fora contingentes imensos da população vivendo a fase histórica semifeudal ou pré-capitalista. Mesmo nas áreas mais desenvolvidas da nação, os frutos do crescimento, distribuídos seletivamente, não atenderam às necessidades das populações *trabalhadoras*.

Ao apelo de maior democratização das formas e modalidades de acesso à cultura e aos padrões de consumo e participação na produção e renda do País, as classes detentoras do poder, virtualmente litigantes entre si, reúnem-se em bloco monolítico e obstaculizam todo e qualquer processo de luta política que venha significar em repartição do poder e melhor distribuição de rendas.

Partindo da premissa de que o desenvolvimento implica necessariamente na transformação dos frutos do trabalho da coletividade em capital para reinvestimento, o poder político estrategicamente passa a reduzir a participação das classes assalariadas, reduzindo o número de partidos, liquidando os sindicatos, decretando o congelamento salarial, classificando como subversivo todo e qualquer movimento que preconize outras formas de representatividade política.

A consagração deste estado de força tem na DSN a explicitação mais concreta.

O atual momento Brasileiro marca uma cisão entre o poder político e o cidadão. Aqueles grupos sociais que formavam a base da pirâmide econômica e política da nação, como os sindicatos, associações de classe, etc. perderam sua representatividade dentro do trânsito político-institucional.

As decisões em termos nacionais passaram a ser objeto de uma linha central e tuteladora da consciência nacional, ou seja, o CSN, e são arbitrados dentro do jogo de interesses políticos do Ocidente, onde os EE.UU. ocupam a posição de grande metrópole-líder.

Nesta altura dos acontecimentos é de rever-se a posição da Igreja como grupo social e militante. Engajada e diretamente ligada em todos os níveis de escala social, não se pode esquecer o papel decisivo que a Igreja pode vir a desempenhar como grupo de pressão na defesa dos direitos e valores humanos implícitos na mensagem evangélica.

*Segunda Parte: O que rege o Brasil atualmente* - 1. São poucos os documentos públicos que podem ser consultados; a maioria permanece no domínio dos que detêm atualmente o poder.

Nosso estudo foi feito sobre os seguintes:

- Constituição Federal de 1967.
- Decreto-lei n.º 200 de 25-2-1967 - Reforma administrativa.
- Decreto-lei n.º 314 de 13-3-1967 - Segurança nacional.
- Decreto-lei n.º 348 de 8-1-1968 - Conselho de Segurança Nacional.
- Aula inaugural do Pres. Castelo Branco na Escola Superior de Guerra, a 13-3-1967.
- Discurso do Diretor da Escola Superior de Guerra General Augusto Fragoso, a 20-5-1968.
- Geopolítica do Brasil - General Golbery do Couto e Silva - Editora José Olympio 1966.

São poucos na verdade, porém suficientes, para conhecermos os princípios básicos da filosofia e sistemática do governo que se implantou no país em 1964.

2. Da análise e interpretação da conjuntura nacional, os teóricos do novo poder tiram alguns princípios que são tidos por indispensáveis e que vão nortear o planejamento global:

a) *os antagonismos*: Há dois blocos de nações no mundo, opostos, irreduzíveis: o Ocidente democrático e cristão e o Oriente comunista materialista. Entre eles o antagonismo permanente e onipresente, a guerra global. Para os países subdesenvolvidos do Ocidente, é necessário reconhecer por imperativo histórico sua vinculação ao Estado-líder do bloco democrático.

A tecnologia domina o mundo, é necessário pois deixarem-se de lado os idealismos: os países fortes serão cada vez mais fortes, e os países fracos cada vez mais fracos; países-metrópoles e países-satélites: a relação que deve haver entre eles, sobrepõe-se à vida própria de cada país.

A adesão total, a submissão à superpotência nos garante a preservação da civilização cristã, desde que confiemos no sistema de segurança coletiva do bloco, nos pactos multilaterais, no arsenal do Estado-líder. Não se pode mais delimitar a política interna de um país de sua política externa. Se formos fiéis a esses princípios chegaremos ao "Ocidente ideal" que terá:

- a ciência como instrumento de ação;
- a democracia como fórmula de organização política;
- o cristianismo como supremo padrão ético de convivência social.

Enquanto isso, só nos resta aceitar a guerra total e lutarmos com todas as forças contra a subversão, a infiltração comunista, a insurreição.

b) *o nacionalismo*: É o princípio primeiro da ordem social e política, é a adesão total do indivíduo ao Estado, é um imperativo absoluto. A lealdade suprema à nação é a última etapa no processo evolutivo de tomada de consciência; nela o homem encontrará o ambicionado equilíbrio interior. Pode haver, entretanto, uma regressão nesse processo de conscientização, é o que está acontecendo na velha Europa, onde o nacionalismo não consegue mais galvanizar a dedicação dos cidadãos aos Estados, por causa da "doutrina do pacifismo desfibrante e abúlico".

O sadio nacionalismo exige que os verdadeiros interesses da nacionalidade se sobreponham a quaisquer outros, que a seu nome sejam sacrificadas quaisquer doutrinas, teorias, ideologias, sentimentos, ideais e valores, desde que incompatíveis com o princípio absoluto.

O nacionalismo deve inspirar, motivar e permear toda elaboração política, toda concepção estratégica. Ele é a vontade coletiva de realizar os objetivos nacionais: sobrevivência da nação como grupo superiormente integrado em prosperidade e prestígio.

Defende-se a primazia do nacionalismo, entretanto seria irreal uma segurança eminentemente nacional, sem a defesa associativa, continental. Esta defesa de bloco ocidental vem exigir a aceitação do sacrifício para o desenvolvimento, a importação da tecnologia externa, a vinda de recursos minerais, enquanto não se tem capital para explorá-los, a influência político-econômico-cultural do Estado-líder, afinal, a aceitação do sistema econômico capitalista e as instruções democráticas do Ocidente.

3. Aceito que nos encontremos em guerra global e permanente, aliados indissolúvelmente ao bloco ocidental devemos definir uma estratégia nacional em planejamento global.

Governo e política nacionais devem ser assumidos pela estratégia e identificar-se com ela.

O poder nacional (o poder nacional inclui o triplice poder: executivo, legislativo e judiciário) é mero instrumento de ação da estratégia, quem a define porém é o componente militar do poder nacional. Poder militar que em caso de guerra deve assumir totalmente o controle da nação.

O planejamento, que visa o desenvolvimento e o bem-estar comum, deve estar submisso ao planejamento estratégico, cujo objetivo é a segurança contra os antagonismos, e isto, não de maneira transitória, mas permanente, institucionalmente.

Surge assim a Doutrina de segurança Nacional: da análise da conjuntura ocidental e da brasileira em particular, tiram-se princípios que legitimam a instauração de um superpoder (vinculado totalmente a interesses do Estado-líder), que decide, a título de segurança coletiva, qual deve ser o regime, a política econômico-financeira, capitalista, o planejamento para o desenvolvimento, etc., em nome da civilização Ocidental e Cristã.

4. A luta pelo regime democrático e pelo estilo de vida cristã, a obsessão anticomunista, levaram a aplicar à situação brasileira os postulados da Doutrina de Segurança Nacional, impondo novas estruturas de poder. (A elite ideologizadora investiu-se para tanto de poderes institucionais soberanos de arbítrio e decisão. Justificativa: só podem comandar os que souberem avaliar a conjuntura atual: para interpretá-la são necessários princípios válidos; só possuem esses princípios os que fazem parte da elite ideologizadora...).

Apesar das dificuldades (segurança ou liberdade, desenvolvimento ou submissão, estratégia ou política...) os teóricos tem tomado medidas com persistência e firmeza, a fim de alcançar a plena realização da DSN. As decisões pragmáticas implicam sobretudo na:

- a) imposição do processo de planejamento global estratégico como sistema de governo ou regime, transformando os postulados da DSN em princípios constitucionais;
- b) a implantação de superestruturas do poder sobrepostas ao poder nacional, de que se utilizam é o poder supremo de decisão ao qual tem que se conformar os poderes legais.

5. Este planejamento estratégico global, identificado com o regime ou sistema político, parte da análise, da reflexão da realidade e chega à decisão operacional ou aos objetivos da ação.

Dentro dos objetivos nacionais há uma hierarquia:

a) os objetivos nacionais permanentes são as metas permanentes visadas pela estratégia global: independência política dentro da cooperação continental, estilo de vida democrático com participação efetiva e consciente do povo, unidade nacional, integração social fundamentada nos princípios da justiça social e moral cristã, fortalecer a estrutura econômica, etc.;

b) os objetivos nacionais atuais são a tradução atualizada para a realidade concreta dos objetivos permanentes: integrar e valorizar os espaços territoriais, expandir para o interior, defender a civilização ocidental, promover a colaboração continental, etc.

Estes objetivos podem levar a uma situação de ter que se sacrificar o bem-estar comum em proveito da Segurança desde que esta se sinta ameaçada. Mais eles podem, em um dado momento, ser opostos aos objetivos nacionais do Estado-líder, ou simplesmente identificados com os valores do antagonismo ocidental onipresente e sua defesa será então a defesa da ordem vigente.

6. As estruturas de poder vão pôr em prática o planejamento global sob a orientação do grupo ideologizador que se atribui a suprema instância de arbitrio e decisão.

A estratégia avalia a conjuntura, estabelece os objetivos, a política de consecução, as áreas estratégicas principais: deduz ainda as diretrizes governamentais para cada campo da vida nacional, impondo-lhes os objetivos particulares a alcançar, as condições de planejamento e execução.

São atingidos por esse planejamento os quatro campos (poderes setoriais) em que se baseia a vida da nação e pelos quais o governo central promove a consecução e salvaguarda os objetivos nacionais:

a) campo político = Ministério da Justiça e o das Relações Exteriores;

b) campo psicossocial = Ministérios da Educação e Cultura, do Trabalho e Previdência Social, da Saúde e das Comunicações;

c) campo econômico = Ministérios da Fazenda, dos Transportes, da Agricultura, Indústria e Comércio, Minas e Energia, do Interior;

d) campo militar = Ministério do Exército, Marinha e Aeronáutica.

O superpoder instituído não elimina o poder político (executivo, legislativo e judiciário) mas o limita e o torna instrumento de ação. Assim:

1. O poder executivo: pelo decreto-lei n.º 200/67, a Presidência da República é assessorada, além de pelos quatro organismos (Consultoria Geral, Departamento da Administração do Pessoal Civil, Estado Maior das Forças Armadas e Alto Comando das Forças Armadas), por dois outros constitutivos do superpoder: o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informação (SNI). (O Secretário Geral do CSN, dadas as atribuições que lhe são conferidas pelo decreto-lei n.º 348/68, tem todas as características do super primeiro-ministro ou do Secretário geral do Partido no regime comunista).

Todos os ministérios civis tem uma divisão de Segurança e Informações, cujos diretores devem ser aprovados pelo Secretário Geral do CSN e devem ser escolhidos dentre os membros das Forças Armadas ou dentre os civis diplomados pela Escola Superior de Guerra .

2. O poder legislativo: deve o legislativo à luz da Doutrina de segurança Nacional, dentro dos objetivos nacionais e da política de consecução, legislar. Seu controle é fácil desde que a DSN o reduziu a representações partidárias artificiais, cujo partido majoritário (a lei das sublegendas veio consagrar o predomínio político do partido situacionista) está a seu serviço. Note-se que as leis vigentes não foram elaboradas pelo poder legislativo.

3. O poder judiciário: seu papel é de supervisão e controle das ações estratégicas determinadas pela DSN. A índole militar do novo superpoder se torna mais nítida neste campo: até o Supremo Tribunal Federal tem que acatar o conceito de crime contra a segurança nacional, definido pelo CSN e legitimado pela Constituição de 1967.

O foro militar foi estendido a todos os cidadãos que são indicados em atos contra a segurança nacional. A última instância, portanto, não é o Supremo Tribunal Federal, mas a CSN e o SNI, que orientam a ação policial e judiciária de prevenção ou repressão que vise a segurança nacional.

Tomar atitude de oposição a este novo regime é subversão, é cooperação com o antagonismo do oriente, é tornar-se inocente útil à causa do comunismo ateu e materialista.

7. É importante que se note estar a DSN sendo implantada paulatinamente no Brasil. Os objetivos nacionais estão formulados, embora só alguns sejam de conhecimento público; toda a estrutura de poder está a serviço da política de planejamento global ditada pela adesão incondicional à segurança do Ocidente, liderada pela metrópole; os postulados dessa doutrina tornaram-se princípios institucionais e constitucionais; a consecução dos objetivos obedece a um cronograma a fim de não exacerbar a opinião pública; o grupo ideologizador, saído da Escola Superior de Guerra, detém o superpoder e é constituído em sua maioria de militares; a "civilização ocidental e cristã" pregada pela DSN é um chavão que não resiste a um confronto sério com a mensagem evangélica; os direitos fundamentais da pessoa humana são relativizados; a democracia é um nome que cobre a realidade de um totalitarismo militar: a repressão injusta impede a liberdade de opinião, de expressão e de associação; a análise da conjuntura impõe uma ideologia baseada no falso dilema de opção entre Ocidente e Oriente; a soberania nacional é delimitada a ponto de não subsistir...

É dentro de tudo o que vimos que se devem entender os passos já dados na consecução dos objetivos propostos pela DSN: O golpe de 1964; os militares no poder; os atos institucionais; a nova constituição; o bipartidarismo; o terror implantado pelos IPMs; a perseguição dos que discordam do novo regime; as eleições indiretas; a política externa; a lei de remessa de lucros; a tentativa de legalização da Força Interamericana de Paz; a lei de arrocho salarial; a lei de fundo de Garantia; a reforma administrativa; a aceitação do trânsito de tropas estrangeiras pelo território nacional; a supressão do direito eleitoral nos municípios em área de Segurança; os acordos Mec-Usaid; a seleção e distribuição de bibliotecas para escolas médias e superiores; a reestruturação das universidades segundo modelos estrangeiros e orientadas para a adoção de tecnologia criada para a linha de produção das indústrias norte-americanas de grande poder econômico; a abertura de grandes estradas.

*Terceira Parte: Confronto de Doutrinas - Tópicos da DSN*

1. Os dois blocos irredutíveis: - Ocidente e Oriente.

Ocidente: sinônimos de Cristão e Democrático.

Oriente: materialista e comunista.

Doutrina da Igreja

Obvia a falsidade da dicotomia Ocidente-Oriente:

a) Há materialismo e comunismo ocidental, como há democracia e cristianismo oriental.

b) Contraria toda a Documentação Conciliar e a Doutrina Social da Igreja.

Por exemplo: cf. mais abaixo: Fraternidade dos Povos, Comunidade dos Povos, Solidariedade Universal.

c) ... "As nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs..." (PP n.43).

Tópicos da DSN

2. *O Imperialismo Histórico*

Países subdesenvolvidos, vinculados necessariamente ao Estado-líder do Bloco Democrático.

Doutrina da Igreja

a) *Solidariedade entre as Nações*

MM 157: "O problema mais importante de nossa época talvez seja o das relações entre países economicamente desenvolvidos e os que se encontram em fase de desenvolvimento econômico". Por isso as nações que dispõem de superabundantes riquezas não podem permanecer indiferentes face à situação dos outros, cujos habitantes ainda se encontram a ponto de perecer de miséria e de fome...

Tópicos da DSN

### 3. Imperativo Tecnológico

Os países fortes serão cada vez mais fortes; os países fracos serão cada vez mais fracos.

Doutrina da Igreja

MM 161: "É dever de justiça e de humanidade que as (nações) mais ricas socorram as necessitadas" (cf. ainda: MM 158, 163, 170-174; PP 64).

PP 48: "O dever de solidariedade é o mesmo tanto para as pessoas como para os povos".

GS 86: "É obrigação gravíssima dos povos desenvolvidos ajudar os povos em via de desenvolvimento...".

#### b) *Fraternidade dos povos*

PP 43: "Este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. Sob um "tríplice aspecto: o do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o do dever de justiça social, isto é, a retificação de relações comerciais defeituosas entre povos fortes e povos fracos; o de dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de um seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros" (cf. também: GS 3, 38,78, 91). *Ad gentes*, n.8; *Nostra Aetate*, n.5; PP 48, 51-55, 64, 65, 76, 79.

#### c) *Desenvolvimento-Subdesenvolvimento*

GS 63: "Enquanto uma enorme multidão tem falta de coisas absolutamente necessárias, alguns vivem na opulência ou desperdiçam os bens". "O luxo e a miséria existem simultaneamente". "Entre as nações economicamente mais desenvolvidas e as outras nações, torna-se cada dia mais grave a oposição, que pode colocar em perigo a própria paz do mundo" cf. também: MM 48, 73, 74, 80, 122, 157, 184; PT 64, 86, 88, 92, 109, 120, 125, 130, 138; GS 64, 65, 84; PP 5, 10, 12, 22, 25, 26, 34, 35, 40, 50, (43-53).

Tópicos da DSN

### 4. Imperativo de subsistência

A submissão à superpotência sobrepõe-se à vida própria de cada país. Assim estará preservada a civilização cristã.

Doutrina da Igreja

MM 170: "... As nações mais ricas, ao prestarem auxílio às que não têm recursos, devem não apenas considerar e respeitar as características destas, mas ter todo o cuidado para, com essa ajuda, não lhes impor a sua maneira de viver".

MM 173: "Por conseguinte, é de absoluta necessidade e de justiça que as nações, ao prestarem cooperação técnica e financeira aos países subdesenvolvidos economicamente, façam-no sem nenhum interesse de domínio ..."

PT 125: "As nações economicamente desenvolvidas que ... auxiliam as mais pobres ... abstenham-se cuidadosamente de qualquer pretensão de domínio".

GS 65: "O progresso econômico... não pode ser abandonado ao só arbítrio de poucas pessoas, ou grupos economicamente poderosos... nem de algumas nações mais ricas" (cf. ainda: MM 169, 171, 173, 174; PT 120, 125).

Tópicos da DSN

### 5. Teoria do Ocidente Ideal

A fidelidade a esses princípios levaria ao estabelecimento do "Ocidente Ideal", que terá: a *Ciência*, como instrumento de ação, a *Democracia*, como forma de organização política, o *Cristianismo*, como supremo padrão ético de convivência social.

a) A aceitação pura e simples do sistema capitalista ( § 2).

b) Democracia, num sentido muito diverso do comumente aceito. Aqui significa: o grupo ideologizador (militar) que assume o poder *em nome do povo*. Trata-se, pois, de um totalitarismo militarista.

Doutrina da Igreja

A estas idéias opõe-se a Doutrina da Igreja que propõe claramente:

a) a "formação de uma comunidade de *todas as nações* (sem distinguir Ocidente e Oriente), em nações (sem distinguir Ocidente e Oriente), em que cada uma delas consiga de seus direitos e deveres, trabalhará em plano de igualdade pela prosperidade de todos os povos" (MM 174).

b) Instaurar uma ordem política jurídica na qual os direitos da pessoa sejam mais amparados, como os direitos de se reunirem livremente, de se associarem, de exprimirem as próprias opiniões e professarem a religião em particular e em público" (GS 73).

c) Promover a fraternidade dos povos" e a "solidariedade entre as nações" (cf. supra). Cf. também: GS II parte: cap. IV, sobretudo n.73-76 e cap. V, sobretudo n.77, 83-87, 89; PT 80, 129, 130, 145; PP 1, 17, 44, 48, 62, 64, 65, 67, 73, 80, 84.

Nota: Quanto ao Capitalismo, "liberalismo sem freio que conduz à ditadura do imperialismo internacional do dinheiro", é um nefasto sistema, fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas" (PP 26). O "Totalitarismo, sob qualquer forma, é desumano"(GS 75).

Tópicos da DSN

### 6. Guerra total

Contra a "Subversão" ("tudo o que se opõe ao regime vigente"), contra a "infiltração comunista" (comunismo identificado com o bloco oriental, materialista), contra a *insurreição* (subversão armada, buscando a derrubada do poder).

"Hoje a guerra assume proporções universais, globais, totais".

a) Abrange todo o espaço territorial dos Estados beligerantes, a totalidade do esforço econômico, político, psicossocial, cultural e militar.

b) Abrange *todos os povos*, obscurecendo a figura da neutralidade.

c) Amplia-se na *escala do tempo*. A pré-guerra e a pós-guerra são manifestações atenuadas de seu dinamismo avassalante, formas lavradas de guerra.

d) Leva os *cidadãos* a todos os sacrifícios e perigos. Obriga-os à abdicação de liberdades e *direitos* em mãos do Estado, "Senhor todo-poderoso".

*Nota:* Esta dimensão *universal* da guerra vem do fenômeno da "polarização" (cf. supra 1º, 2º, 3º, e 4º) e dos "antagonismos" daí resultantes.

7º A busca da PAZ é um retrocesso na conscientização. O pacifismo é "desfibrante e abúlico".

8º A *justiça social* é uma incógnita. "A paz mundial estável e a justiça entre as nações, fundada na autodeterminação dos povos, são *sonhos sem base real*".

Doutrina da Igreja

A Igreja, visando "proscriver a desumanidade da guerra" (GS 77), condena "com firmeza e sem hesitações, qualquer ação bélica que visa a destruição indiscriminada de cidades inteiras ou de vastas regiões com seus habitantes" como "um crime contra Deus e o próprio homem" (GS 80).

Deve-se resistir à grande tentação da violência (PP 11, 30), pois ela "gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas" (PP 31). Finalmente, "nada se perde com a paz", mas a guerra pode destruir tudo" (PT 116).

cf. *ainda:*

a) *Sobre justiça:* MM: 18, 21, 31, 69, 71, 82, 83, 112, 122, 132, 135, 136, 150, 168, 206, 229, 257, etc.; PT: 56, 64, 154-156, 161, 162; PP: 5, 21, 55, 63, 73, 75, 80, 87.

b) *Sobre a paz:* MM: 215; PT: 1, 110, 113, 115, 117, 130, 134, 142, 165-167, 169, 172, PP: 4, 5, 22, 44, 59, 61, 70, 76, 85; GS: 77-82.

c) *Sobre desarmamento, contra ocupação de territórios, colonialismo:* PT: 88, 89, 92, 93, 109-119, 124-125, 126-129; GS: 79-82; PP: 52, 53.

Tópicos da DSN

9. Partindo do pressuposto da guerra global e permanentemente, o *desenvolvimento* e o bem-estar comum devem submeter-se ao "planejamento", de maneira permanente e institucionalmente.

*Nota:* Aqui a raiz da D.S.N.

10. Permanente oscilação entre *conflito* e *cooperação*. Situação de insegurança (o que fundamenta a D.S.N.).

11. *Imperativo absoluto*

O *Nacionalismo*, 1o princípio de ordem política e social consiste na adesão total do indivíduo ao Estado. Os interesses da Nação sobrepõem-se a quaisquer outros (doutrinas, sentimentos, ideais, valores).

*Única exceção:* Defesa associativa do bloco ocidental exige submissão ao Estado-líder.

Doutrina da Igreja

I - A doutrina da Igreja sobre Programas e Planificação (PP 9, 21, 32, 33, 35, 37, 47) bem como sobre as "Relações entre os seres humanos e os poderes públicos" (PT 46-79) opõe-se diametralmente ao D.S.N.

A "realização do bem comum constitui a própria razão de ser dos poderes públicos" (PT 54).

"O bem comum tem relação essencial com a natureza humana" (PT 55); não pode, portanto, ficar na dependência do planejamento estratégico.

II - cf. *infra*, todas as citações sobre Pessoa humana, Dignidade, Direitos fundamentais, Bem-estar. Cultura, Educação, etc.

Ao nacionalismo exacerbado opõe-se a Doutrina da Igreja:

I. *Em geral:*

"O nacionalismo isola os povos, contrariando o seu verdadeiro bem" (PP 62).

"Também na vida econômico-social a dignidade da pessoa humana, com sua vocação integral, bem de toda a sociedade, deve ser honrada e promovida. O homem, com efeito, é o autor, centro e fim de toda a vida econômico-social" (GS 63).

cf. *também:* MM 169; PP 72.

II. - *Em particular*, defendendo a dignidade da pessoa humana, seus direitos fundamentais, sua liberdade, bem-estar, nível de vida, cultura, educação social, finalmente o Homem, fim da Sociedade e não o contrário.

Eis as citações principais:

*Sobre a Pessoa Humana:* MM: 21, 83, 84, 114, 142, 191, 192, 205, 208, 211, 214, 215, 219, 220, 249; GS: I parte, cap. I (12-22).

*Dignidade do homem:* GS 17. "A dignidade do homem exige que posa agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é, movido por uma convicção pessoal...".

cf. *também:* MM: 219, 220,; PT: 3; PP: 21, 30, 32, 37, 39, 54; GS: 12, 26, 63; DH: 1, 9-12.

*Direitos fundamentais: Resumo:* PT: 8-27: são direitos fundamentais do homem:

1. Direito de existir, com um nível de vida digno.
2. Direitos relativos aos valores morais e culturais.
3. Direito de orar a Deus, conforme a reta consciência.
4. Direito de escolher o próprio estado de vida, matrimônio, livre iniciativa, propriedade, etc.
5. Direito de Associação.
6. Direito de Migração.
7. Direitos políticos.

cf. *também:* MM: 2 e 3; PP: 31, 33, 34, 36, 63; GS: 14, 16, 26, 27, 29, 60-62, 68-71, 87.

*Salvaguardar os Direitos:* MM: GS: 41, 63 DH: 6.

Liberdade: PP: 15 "Dotado de inteligência e de liberdade, é cada um responsável pelo seu crescimento..." "... Cada um permanece o artifice principal do seu êxito ou seu fracasso..."

cf. *também:* MM: 208, 232; PT: 23; PP: 6, 15, 33, 37, 39, 47; GS: 17, 26; DH: 6.

*Bem-Estar.* Cf. MM: 3, 34, 45, 48, 74; PP: 22; GS: 69.

*Nível de Vida:* MM: 3, 124, 125, 127, 128, 136, 143, 144, 157; PT: 11, 122.

*Cultura:* PT: 13 "Deriva da natureza humana o direito de participar dos bens da cultura e, portanto, o direito a uma instrução de base e a uma formação técnica a profissional conforme o grau de desenvolvimento cultural da respectiva coletividade.

cf. *também:* MM: 45; PT: 88, 96, 148; PP: 40 (21, 29, 30), 62, 72; GS: 15, 53.

*Cultura, direitos de todos*: GS: 60 "Deve-se trabalhar... para que todos se tornem conscientes, não só do direito à cultura, mas também do dever a que estão obrigados de cultivar a si mesmos e de ajudar os outros".  
 cf. *também*: GS: 9, 61, 62.

*Educação Social*: MM: 37, 195, 226-230; PT: 13, 17, 153; GS: 26.

Homem, fim da sociedade: MM: 210 "O princípio mais importante desta doutrina (a Doutrina Social da Igreja) consiste em cada um dos homens ser, necessariamente, o fundamento, a causa e o fim de toda a instituição social..."  
 cf. *também*: MM: 109; PT: 26; GS: 25.

Tópicos da DSN

12. Liga das Nações, um aborto; ONU "palco onde se digladiam nações inimigas".  
 Doutrina da Igreja  
 "As instituições internacionais já existentes, universais ou regionais certamente são beneméritas do gênero humano" (GS 84).  
 cf. *também*: GS: 82, 83; PP: 35, 64, 81, 84.  
 ONU = PP: 4, 76, 78.  
 FAO = MM: 156; PP: 46.  
 UNESCO = PP: 35.  
 OIT = MM: 103.  
 Cáritas = PP: 46.

Tópicos da DSN

13. Como consequência desses princípios todos (cf. supra, especialmente 2º, 3º, 4º, 6º e 9º) a segurança continental impõe a manutenção das nações-satélites "fornecedoras de matérias-primas e vivendo à base de exportações dos produtos agrícolas. Os benefícios (financiamentos, empréstimos, convênios) tendem sempre a tornar os "satélites" cada vez mais dependentes do Estado-líder.

Doutrina da Igreja

a) *Solidariedade e Fraternidade* dos povos: cf. supra e PP: 44.

b) *Idêntica oportunidade a todos*: "Construir um mundo em que todos os homens... possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões...: em que a liberdade não seja uma palavra vã..." (PP: 47).  
 "A solidariedade mundial permita a todos os povos tornarem-se artífices de seus destinos" PP: 65.

c) Transações comerciais: entre países ricos e pobres, baseadas na equidade (GS: 85 e PP: 56).  
 Empréstimos, com juros e duração favoráveis (PP: 54).

d) Sem exploração nem colonialismo: "Os beneficiados podem exigir que não se intrometam na sua própria política, nem perturbem a sua estrutura social" (PP: 54).  
 cf. GS: 63-66, 69, 85-87; PP: 44, 45-66, 73, 76; PT: 80-129.

*Estudo elaborado por uma equipe de peritos e coordenado por Dom Cândido Padin, O. S. B., junho de 1968. Exigências cristãs de uma ordem política, 1977, 33-39*

33. A segurança é um elemento indispensável do bem comum, na medida em que garante externamente as justas prerrogativas da soberania nacional e a independência econômica do País contra interferências indébitas e garante internamente a tranquilidade pública, a seqüência normal da vida da Nação e o gozo dos direitos fundamentais das pessoas, das famílias e das instituições.

34. A Igreja não contesta o direito de o Estado moderno elaborar uma política de segurança nacional. Tal política não colide com o ensinamento da Igreja quando a segurança leva, de fato, à verdadeira PAZ, como consequência positiva da colaboração entre os homens; quando a segurança define seus objetivos através do exercício de participação nacional; quando, enfim, a segurança vem a corresponder, plenamente, aos imperativos da ordem política e da ordem moral.

35. Ligada à realização do bem comum, a segurança é, essencialmente, um imperativo moral de sobrevivência da Nação, que reclama a cooperação consciente de todos os cidadãos. Entretanto, quando, em nome deste imperativo, o Estado restringe, arbitrariamente, os direitos fundamentais da pessoa, subverte o próprio fundamento da ordem moral e jurídica.

36. A segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares.

37. A segurança, como bem de uma Nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade freqüente e quase total.

38. A segurança, como privilégio de um sistema, acabaria por constituir-se em fonte última de direito, criando, alterando e derrogando normas jurídicas em função dos interesses do próprio sistema. Aprofundar-se-ia, assim, um perigoso distanciamento entre o Estado e a Nação, entre o Estado identificado com um sistema e a Nação não participante, ou cuja participação fosse tolerada na medida em que sirva para fortalecer um sistema. Este distanciamento está na origem de todos os regimes totalitários de direita ou de esquerda, que são sempre a negação do bem comum e dos princípios cristãos.

39. Por melhores e mais bem intencionadas que sejam as pessoas que participam de um governo, dificilmente poderão se libertar dos seus princípios ideológicos. Vale a advertência de Paulo VI: "O cristão haurirá nas fontes de sua fé e no ensino da Igreja os princípios e critérios oportunos, para evitar de deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema, cujas limitações e cujo totalitarismo ele se arriscará a ver, só quando é já demasiado tarde, se não se apercebe deles nas suas raízes" (Octogésima Adveniensi, n.36).

*Por uma nova ordem constitucional, 1986, 10-12.*

10. Nessa perspectiva de mudança mais profunda, é mister afirmar que a nova Constituição não deverá restringir-se à reorganização do Estado e de suas relações com a sociedade. Ela deverá traduzir a busca de um novo modelo de sociedade, na sua dimensão social, política, econômica, cultural e internacional. Modelo que se baseará nas exigências éticas da sociedade humana e na extensão da cidadania efetiva a todos os brasileiros e brasileiras sem exceção. Dentro desse novo modelo, caberá a todos os cidadãos o papel de participar corresponsavelmente no empenho pelo aperfeiçoamento social e ao Estado a função de promover para o bem comum, caracterizando uma democracia orgânica e participativa.

11. Adotando-se esse critério, a Constituição deverá inverter a posição tradicional, que dá ao Estado toda a primazia da iniciativa social. A sociedade deverá ganhar a condição de sujeito coletivo da transformação social, conquistando instrumentos de exercício de uma democracia que lhe permitam organizar e controlar a ação do Estado, colocando-o a seu serviço. O sentido que deve ter a nova Constituição é o de abrir espaço para que toda a sociedade possa identificar criticamente o que deve ser mudado, num processo de busca de justiça social, liberdade, igualdade de direitos e de oportunidades. Nesse esforço a sociedade utilizará a mediação do Estado para que a vida democrática se aprofunde e a justiça prevaleça cada vez mais nas relações sociais.

12. Já existem em outros países instrumentos e mecanismos que visam dar à sociedade condições de controlar as decisões de interesse coletivo, governamentais ou privadas. Da atuação dos movimentos populares já surgem novas propostas. Outras vem sendo discutidas no nível dos especialistas. Será através dessas alavancas de transformação social que a sociedade disporá de meios para avançar sempre mais rumo à justiça, à plena democracia e à efetiva participação de todos". D. **Cândido Padin**, "A Doutrina da Segurança Nacional à luz da Doutrina da Igreja", SEDOC, 1968, 432-444; *Exigências cristãs de uma ordem política*, 1977, 33-39; *Por uma nova ordem constitucional*, 1986, 10-12. *O presente documento provocou grande celeuma em certos ambientes. Para situá-lo nada melhor do que um esclarecimento do próprio Dom Cândido Padin:*

*"O estudo é apenas um ponto de partida para uma análise da responsabilidade dos cristãos na atual conjuntura brasileira. Como todo estudo, não pode ser considerado acabado e definitivo. Como estudo de um processo social focaliza especialmente fenômenos sociológicos dentro de uma visão evolutiva. Não pretende fixar responsabilidade de determinadas pessoas. A crítica é feita a uma estrutura global, cujas últimas consequências nem todos percebem.*

*Assim como, no tempo do nazismo na Alemanha, houve cristãos que aceitaram as posições do regime sem perceber que contrariavam as verdadeiras exigências do cristianismo, também agora no Brasil nem todos percebem que certos conceitos e posições, assumidos por essa concepção política, não correspondem à doutrina da Igreja. Admito, portanto, a boa fé dos que defendem tal concepção. Mas não pode ela ser identificada com um projeto de sociedade realmente cristã".*

*Introdução* – A Igreja, no desenvolvimento histórico a que está destinada, vai-se defrontando com fenômenos sociais e políticos denunciadores, do mesmo tempo, de causas que lhe bloquearam sua ação de serviço à humanidade no passado e que no presente podem produzir os mesmos efeitos, dada a política que rege os fatos sociais.

A ante-história que se delineou no mundo através da política que eclodiu na realidade do nazismo atuante, de certo modo e bem comparado, vai-se traçando também na política nacional brasileira, anunciando encarnações de que o mundo já foi espectador num passado não muito remoto.

E a escravidão a se implantar que se escondia por detrás de todo um clã-poder supranacionalista de Hilder, coloca-se numa dialética irreversível no desenvolvimento-tipo por que se está encaminhando a nossa estrutura nacional.

"Tudo que de cultura nos oferece hoje o mundo, tudo que produziu a arte, a ciência e a técnica é quase exclusivamente obra do Ariano. De onde se pode concluir que ele foi o fundador da humanidade superior e encarna o arquétipo de homem. É o Prometeu humano. De sua fronte luminosa desprende-se, em todos os tempos, a centelha divina do gênio" (Hilder, Mein Kampf, p.31).

Substituamos aqui o Ariano pelas Forças Armadas. Encontraremos as mesmas posições que se afirmam e conseqüentemente partiremos para os mesmos efeitos.

Contudo, o racismo nazista encontrou forte obstáculo para realizar o ideal preconizado pela consciência do que significa ser filho de Ariano.

*A Igreja, o obstáculo* – Então, logicamente era preciso aniquilá-la, ou pelo menos silenciá-la.

Os métodos empregados para esse fim são denunciados por Pio XI na "Mit Brennender Sorge".

Em resumo, procurou-se mascarar e camuflar toda ação contra a Igreja; criou-se em torno da Igreja um ambiente de desconfiança, de ódio, de difamação, de maquiavelismo; comprimiam-se a liberdade de ação da Igreja; canonizou-se a estatolatria; desvalorização do religioso (sentido), através do panteísmo de Gobineau, Gumplovicz via Hegel, Fichte e Kant; Cristo foi substituído pelo mito da raça e do sangue; envolvimento e comprometimento da Igreja, especialmente de suas autoridades; utilitarismo, *nacionalismo religioso* (do qual os chefes são os pontífices); deseducação na escola, nos meios de comunicação (lei da imprensa), nas associações juvenis; a perseguição para silenciar sacerdotes.

No Brasil vai surgindo o super-homem histórico para hoje. O super-homem força, julgamento, decisão. Instrumento do poder econômico. Uma técnica superdesenvolvida a serviço dos dois. Interdominação. Um garantindo o outro e tentando agregar a si, para a própria defesa, a turba dos fracos e subdesenvolvidos, mas rendosamente exploráveis. E um método geral para submeter os fracos parece ser transformá-los em estados-divindade, (exército) facilmente manobráveis. Os métodos particulares são os mesmos do nazismo, mais refinados pela experiência. A finalidade não confessada talvez seja... o aniquilamento da Igreja, ainda uma vez, a única capaz de se opor a esse estado de coisas.

Isto aparecerá melhor no decurso da síntese que se pretende construir, por meio das presentes reflexões. Na primeira parte teremos a síntese histórica da evolução político-social brasileira, de 1930 até nossos dias. Na segunda parte teremos a síntese da ideologia que rege o Brasil hoje.

Na terceira parte teremos o confronto: Doutrina da Segurança Nacional (DSN) e a Doutrina da Igreja.

*Primeira Parte: Antecedentes e causas* - A crise política que o Brasil viveu na década de 1950/60 e terminou com o movimento militar de 1964 e todas as conseqüências trazidas ao país em nossos dias, está estreitamente ligada às transformações estruturais que o advento da industrialização determinou na esfera econômica, política e social.

O desenvolvimento, ao criar mecanismos de mudanças na estrutura da sociedade, gera padrões e formas de comportamento e expectativas radicalmente conflitantes com os padrões, e comportamentos da sociedade anterior. Esse conflito que abrange todos os campos da sociedade em transformação assume no campo político formas de poder e coalizão que oscilam entre sistemas de governo aparentemente democráticos e governos com tendências manifestamente autoritária ou ditatoriais.

A transformação de nossa economia, de tipicamente exportadora e monocultura em semi-industrial, resultou no deslocamento acelerado da população do campo para as cidades, na racionalização crescente das organizações

e instituições sociais, na secularização da cultura, permitindo a ascensão de amplos setores da população a níveis e expectativas de consumo de países mais evoluídos e a formas de representatividade e participação na vida política.

Se a crise mundial de 1929 significou para o Brasil a opção por um modelo de desenvolvimento industrial, do ponto de vista político foi o marco inicial no caminho da democratização das instituições políticas e administrativas da nação.

A substituição da hegemonia política a partir de 1930, quando a burguesia latifundiária passou a dividir o poder com a burguesia industrial e financeira, recolocou em termos políticos o problema da participação da classe média e do proletariado urbano no sistema de poder nacional, com manifestações agudas, como foi o caso do movimento constitucionalista de São Paulo, a coluna Prestes, etc.

O desencadeamento do processo de luta política posteriormente veio continuado com o movimento da redemocratização em 1945 e conseqüentemente queda da ditadura Vargas; a campanha do monopólio nacional do petróleo, a morte de Vargas e as crises do governo Café Filho e Carlos Luz; o programa de metas de desenvolvimento do governo Kubitschek e a renúncia de Quadros; a posse de Goulart, as reformas de base e o movimento militar de abril de 1964; enfim toda uma seqüência de lutas políticas, em que os interesses oligárquicos postos à prova revelaram a fragilidade da estrutura política onde nem sempre o centro de decisão foi nacional, ou quando muito democrático.

A instabilidade política que estes fatos demonstraram, repetidos de resto na América Latina, Ásia e África, mostram claramente a existência de uma luta travada dia a dia, no sistema de poder do País, que se radicaliza mais ou menos em função da maior ou menor participação do povo nos instrumentos de decisão e dos interesses internacionais.

O crescimento do país, à medida que permitiu o estabelecimento de expectativas de melhores condições de vida em certas áreas, deixou de fora contingentes imensos da população vivendo a fase histórica semifeudal ou pré-capitalista. Mesmo nas áreas mais desenvolvidas da nação, os frutos do crescimento, distribuídos seletivamente, não atenderam às necessidades das populações *trabalhadoras*.

Ao apelo de maior democratização das formas e modalidades de acesso à cultura e aos padrões de consumo e participação na produção e renda do País, as classes detentoras do poder, virtualmente litigantes entre si, reúnem-se em bloco monolítico e obstaculizam todo e qualquer processo de luta política que venha significar em repartição do poder e melhor distribuição de rendas.

Partindo da premissa de que o desenvolvimento implica necessariamente na transformação dos frutos do trabalho da coletividade em capital para reinvestimento, o poder político estrategicamente passa a reduzir a participação das classes assalariadas, reduzindo o número de partidos, liquidando os sindicatos, decretando o congelamento salarial, classificando como subversivo todo e qualquer movimento que preconize outras formas de representatividade política.

A consagração deste estado de força tem na DSN a explicitação mais concreta.

O atual momento Brasileiro marca uma cisão entre o poder político e o cidadão. Aqueles grupos sociais que formavam a base da pirâmide econômica e política da nação, como os sindicatos, associações de classe, etc. perderam sua representatividade dentro do trânsito político-institucional.

As decisões em termos nacionais passaram a ser objeto de uma linha central e tuteladora da consciência nacional, ou seja, o CSN, e são arbitrados dentro do jogo de interesses políticos do Ocidente, onde os EE.UU. ocupam a posição de grande metrópole-líder.

Nesta altura dos acontecimentos é de rever-se a posição da Igreja como grupo social e militante. Engajada e diretamente ligada em todos os níveis de escala social, não se pode esquecer o papel decisivo que a Igreja pode vir a desempenhar como grupo de pressão na defesa dos direitos e valores humanos implícitos na mensagem evangélica.

*Segunda Parte: O que rege o Brasil atualmente* - 1. São poucos os documentos públicos que podem ser consultados; a maioria permanece no domínio dos que detêm atualmente o poder.

Nosso estudo foi feito sobre os seguintes:

- Constituição Federal de 1967.
- Decreto-lei n.º 200 de 25-2-1967 - Reforma administrativa.
- Decreto-lei n.º 314 de 13-3-1967 - Segurança nacional.
- Decreto-lei n.º 348 de 8-1-1968 - Conselho de Segurança Nacional.
- Aula inaugural do Pres. Castelo Branco na Escola Superior de Guerra, a 13-3-1967.
- Discurso do Diretor da Escola Superior de Guerra General Augusto Fragoso, a 20-5-1968.
- Geopolítica do Brasil - General Golbery do Couto e Silva - Editora José Olympio 1966.

São poucos na verdade, porém suficientes, para conhecermos os princípios básicos da filosofia e sistemática do governo que se implantou no país em 1964.

2. Da análise e interpretação da conjuntura nacional, os teóricos do novo poder tiram alguns princípios que são tidos por indispensáveis e que vão nortear o planejamento global:

a) *os antagonismos*: Há dois blocos de nações no mundo, opostos, irreduzíveis: o Ocidente democrático e cristão e o Oriente comunista materialista. Entre eles o antagonismo permanente e onipresente, a guerra global. Para os países subdesenvolvidos do Ocidente, é necessário reconhecer por imperativo histórico sua vinculação ao Estado-líder do bloco democrático.

A tecnologia domina o mundo, é necessário pois deixarem-se de lado os idealismos: os países fortes serão cada vez mais fortes, e os países fracos cada vez mais fracos; países-metrópoles e países-satélites: a relação que deve haver entre eles, sobrepõe-se à vida própria de cada país.

A adesão total, a submissão à superpotência nos garante a preservação da civilização cristã, desde que confiemos no sistema de segurança coletiva do bloco, nos pactos multilaterais, no arsenal do Estado-líder. Não se pode mais delimitar a política interna de um país de sua política externa. Se formos fiéis a esses princípios chegaremos ao "Ocidente ideal" que terá:

- a ciência como instrumento de ação;
- a democracia como fórmula de organização política;
- o cristianismo como supremo padrão ético de convivência social.

Enquanto isso, só nos resta aceitar a guerra total e lutarmos com todas as forças contra a subversão, a infiltração comunista, a insurreição.

*b) o nacionalismo:* É o princípio primeiro da ordem social e política, é a adesão total do indivíduo ao Estado, é um imperativo absoluto. A lealdade suprema à nação é a última etapa no processo evolutivo de tomada de consciência; nela o homem encontrará o ambicionado equilíbrio interior. Pode haver, entretanto, uma regressão nesse processo de conscientização, é o que está acontecendo na velha Europa, onde o nacionalismo não consegue mais galvanizar a dedicação dos cidadãos aos Estados, por causa da “doutrina do pacifismo desfibrante e abúlico”.

O sadio nacionalismo exige que os verdadeiros interesses da nacionalidade se sobreponham a quaisquer outros, que a seu nome sejam sacrificadas quaisquer doutrinas, teorias, ideologias, sentimentos, ideais e valores, desde que incompatíveis com o princípio absoluto.

O nacionalismo deve inspirar, motivar e permear toda elaboração política, toda concepção estratégica. Ele é a vontade coletiva de realizar os objetivos nacionais: sobrevivência da nação como grupo superiormente integrado em prosperidade e prestígio.

Defende-se a primazia do nacionalismo, entretanto seria irreal uma segurança eminentemente nacional, sem a defesa associativa, continental. Esta defesa de bloco ocidental vem exigir a aceitação do sacrifício para o desenvolvimento, a importação da tecnologia externa, a vinda de recursos minerais, enquanto não se tem capital para explorá-los, a influência político-econômico-cultural do Estado-líder, afinal, a aceitação do sistema econômico capitalista e as instruções democráticas do Ocidente.

3. Aceito que nos encontremos em guerra global e permanente, aliados indissolúvelmente ao bloco ocidental devemos definir uma estratégia nacional em planejamento global.

Governo e política nacionais devem ser assumidos pela estratégia e identificar-se com ela.

O poder nacional (o poder nacional inclui o triplice poder: executivo, legislativo e judiciário) é mero instrumento de ação da estratégia, quem a define porém é o componente militar do poder nacional. Poder militar que em caso de guerra deve assumir totalmente o controle da nação.

O planejamento, que visa o desenvolvimento e o bem-estar comum, deve estar submisso ao planejamento estratégico, cujo objetivo é a segurança contra os antagonismos, e isto, não de maneira transitória, mas permanente, institucionalmente.

Surge assim a Doutrina de segurança Nacional: da análise da conjuntura ocidental e da brasileira em particular, tiram-se princípios que legitimam a instauração de um superpoder (vinculado totalmente a interesses do Estado-líder), que decide, a título de segurança coletiva, qual deve ser o regime, a política econômico-financeira, capitalista, o planejamento para o desenvolvimento, etc., em nome da civilização Ocidental e Cristã.

4. A luta pelo regime democrático e pelo estilo de vida cristã, a obsessão anticomunista, levaram a aplicar à situação brasileira os postulados da Doutrina de Segurança Nacional, impondo novas estruturas de poder. (A elite ideologizadora investiu-se para tanto de poderes institucionais soberanos de arbítrio e decisão. Justificativa: só podem comandar os que souberem avaliar a conjuntura atual: para interpretá-la são necessários princípios válidos; só possuem esses princípios os que fazem parte da elite ideologizadora...).

Apesar das dificuldades (segurança ou liberdade, desenvolvimento ou submissão, estratégia ou política...) os teóricos tem tomado medidas com persistência e firmeza, a fim de alcançar a plena realização da DSN. As decisões pragmáticas implicam sobretudo na:

a) imposição do processo de planejamento global estratégico como sistema de governo ou regime, transformando os postulados da DSN em princípios constitucionais;

b) a implantação de superestruturas do poder sobrepostas ao poder nacional, de que se utilizam é o poder supremo de decisão ao qual tem que se conformar os poderes legais.

5. Este planejamento estratégico global, identificado com o regime ou sistema político, parte da análise, da reflexão da realidade e chega à decisão operacional ou aos objetivos da ação.

Dentro dos objetivos nacionais há uma hierarquia:

a) os objetivos nacionais permanentes são as metas permanentes visadas pela estratégia global: independência política dentro da cooperação continental, estilo de vida democrático com participação efetiva e consciente do povo, unidade nacional, integração social fundamentada nos princípios da justiça social e moral cristã, fortalecer a estrutura econômica, etc.;

b) os objetivos nacionais atuais são a tradução atualizada para a realidade concreta dos objetivos permanentes: integrar e valorizar os espaços territoriais, expandir para o interior, defender a civilização ocidental, promover a colaboração continental, etc.

Estes objetivos podem levar a uma situação de ter que se sacrificar o bem-estar comum em proveito da Segurança desde que esta se sinta ameaçada. Mais eles podem, em um dado momento, ser opostos aos objetivos nacionais do Estado-líder, ou simplesmente identificados com os valores do antagonismo ocidental onipresente e sua defesa será então a defesa da ordem vigente.

6. As estruturas de poder vão pôr em prática o planejamento global sob a orientação do grupo ideologizador que se atribui a suprema instância de arbítrio e decisão.

A estratégia avalia a conjuntura, estabelece os objetivos, a política de consecução, as áreas estratégicas principais: deduz ainda as diretrizes governamentais para cada campo da vida nacional, impondo-lhes os objetivos particulares a alcançar, as condições de planejamento e execução.

São atingidos por esse planejamento os quatro campos (poderes setoriais) em que se baseia a vida da nação e pelos quais o governo central promove a consecução e salvaguarda os objetivos nacionais:

a) campo político = Ministério da Justiça e o das Relações Exteriores;

b) campo psicossocial = Ministérios da Educação e Cultura, do Trabalho e Previdência Social, da Saúde e das Comunicações;

c) campo econômico = Ministérios da Fazenda, dos Transportes, da Agricultura, Indústria e Comércio, Minas e Energia, do Interior;

d) campo militar = Ministério do Exército, Marinha e Aeronáutica.

O superpoder instituído não elimina o poder político (executivo, legislativo e judiciário) mas o limita e o torna instrumento de ação. Assim:

1. O poder executivo: pelo decreto-lei n.º 200/67, a Presidência da República é assessorada, além de pelos quatro organismos (Consultoria Geral, Departamento da Administração do Pessoal Civil, Estado Maior das Forças Armadas e Alto Comando das Forças Armadas), por dois outros constitutivos do superpoder: o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informação (SNI). (O Secretário Geral do CSN, dadas as atribuições que lhe são conferidas pelo decreto-lei n.º 348/68, tem todas as características do super primeiro-ministro ou do Secretário geral do Partido no regime comunista).

Todos os ministérios civis tem uma divisão de Segurança e Informações, cujos diretores devem ser aprovados pelo Secretário Geral do CSN e devem ser escolhidos dentre os membros das Forças Armadas ou dentre os civis diplomados pela Escola Superior de Guerra .

2. O poder legislativo: deve o legislativo à luz da Doutrina de segurança Nacional, dentro dos objetivos nacionais e da política de consecução, legislar. Seu controle é fácil desde que a DSN o reduziu a representações partidárias artificiais, cujo partido majoritário (a lei das sublegendas veio consagrar o predomínio político do partido situacionista) está a seu serviço. Note-se que as leis vigentes não foram elaboradas pelo poder legislativo.

3. O poder judiciário: seu papel é de supervisão e controle das ações estratégicas determinadas pela DSN. A índole militar do novo superpoder se torna mais nítida neste campo: até o Supremo Tribunal Federal tem que acatar o conceito de crime contra a segurança nacional, definido pelo CSN e legitimado pela Constituição de 1967.

O foro militar foi estendido a todos os cidadãos que são indicados em atos contra a segurança nacional. A última instância, portanto, não é o Supremo Tribunal Federal, mas a CSN e o SNI, que orientam a ação policial e judiciária de prevenção ou repressão que vise a segurança nacional.

Tomar atitude de oposição a este novo regime é subversão, é cooperação com o antagonismo do oriente, é tornar-se inocente útil à causa do comunismo ateu e materialista.

7. É importante que se note estar a DSN sendo implantada paulatinamente no Brasil. Os objetivos nacionais estão formulados, embora só alguns sejam de conhecimento público; toda a estrutura de poder está a serviço da política de planejamento global ditada pela adesão incondicional à segurança do Ocidente, liderada pela metrópole; os postulados dessa doutrina tornaram-se princípios institucionais e constitucionais; a consecução dos objetivos obedece a um cronograma a fim de não exacerbar a opinião pública; o grupo ideologizador, saído da Escola Superior de Guerra, detém o superpoder e é constituído em sua maioria de militares; a "civilização ocidental e cristã" pregada pela DSN é um chavão que não resiste a um confronto sério com a mensagem evangélica; os direitos fundamentais da pessoa humana são relativizados; a democracia é um nome que cobre a realidade de um totalitarismo militar: a repressão injusta impede a liberdade de opinião, de expressão e de associação; a análise da conjuntura impõe uma ideologia baseada no falso dilema de opção entre Ocidente e Oriente; a soberania nacional é delimitada a ponto de não subsistir...

É dentro de tudo o que vimos que se devem entender os passos já dados na consecução dos objetivos propostos pela DSN: O golpe de 1964; os militares no poder; os atos institucionais; a nova constituição; o bipartidarismo; o terror implantado pelos IPMs; a perseguição dos que discordam do novo regime; as eleições indiretas; a política externa; a lei de remessa de lucros; a tentativa de legalização da Força Interamericana de Paz; a lei de arrocho salarial; a lei de fundo de Garantia; a reforma administrativa; a aceitação do trânsito de tropas estrangeiras pelo território nacional; a supressão do direito eleitoral nos municípios em área de Segurança; os acordos Mec-Usaid; a seleção e distribuição de bibliotecas para escolas médias e superiores; a reestruturação das universidades segundo modelos estrangeiros e orientadas para a adoção de tecnologia criada para a linha de produção das indústrias norte-americanas de grande poder econômico; a abertura de grandes estradas.

*Terceira Parte: Confronto de Doutrinas - Tópicos da DSN*

1. Os dois blocos irredutíveis: - Ocidente e Oriente.

Ocidente: sinônimos de Cristão e Democrático.

Ocidente: materialista e comunista.

Doutrina da Igreja

Obvia a falsidade da dicotomia Ocidente-Ocidente:

a) Há materialismo e comunismo ocidental, como há democracia e cristianismo oriental.

b) Contraria toda a Documentação Conciliar e a Doutrina Social da Igreja.

Por exemplo: cf. mais abaixo: Fraternidade dos Povos, Comunidade dos Povos, Solidariedade Universal.

c) ... "As nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs..." (PP n.43).

Tópicos da DSN

*2. O Imperialismo Histórico*

Países subdesenvolvidos, vinculados necessariamente ao Estado-líder do Bloco Democrático.

Doutrina da Igreja

*a) Solidariedade entre as Nações*

MM 157: "O problema mais importante de nossa época talvez seja o das relações entre países economicamente desenvolvidos e os que se encontram em fase de desenvolvimento econômico". Por isso as nações que dispõem de superabundantes riquezas não podem permanecer indiferentes face à situação dos outros, cujos habitantes ainda se encontram a ponto de perecer de miséria e de fome...

Tópicos da DSN

*3. Imperativo Tecnológico*

Os países fortes serão cada vez mais fortes; os países fracos serão cada vez mais fracos.

Doutrina da Igreja

MM 161: "É dever de justiça e de humanidade que as (nações) mais ricas socorram as necessitadas" (cf. ainda: MM 158, 163, 170-174; PP 64).

PP 48: "O dever de solidariedade é o mesmo tanto para as pessoas como para os povos".

GS 86: "É obrigação gravíssima dos povos desenvolvidos ajudar os povos em via de desenvolvimento..."

*b) Fraternidade dos povos*

PP 43: "Este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. Sob um "tríplice aspecto: o do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o

do dever de justiça social, isto é, a retificação de relações comerciais defeituosas entre povos fortes e povos fracos; o de dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de um seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros" (cf. também: GS 3, 38, 78, 91). *Ad gentes*, n.8; *Nostra Aetate*, n.5; PP 48, 51-55, 64, 65, 76, 79.

#### c) *Desenvolvimento-Subdesenvolvimento*

GS 63: "Enquanto uma enorme multidão tem falta de coisas absolutamente necessárias, alguns vivem na opulência ou desperdiçam os bens". "O luxo e a miséria existem simultaneamente". "Entre as nações economicamente mais desenvolvidas e as outras nações, torna-se cada dia mais grave a oposição, que pode colocar em perigo a própria paz do mundo" cf. também: MM 48, 73, 74, 80, 122, 157, 184; PT 64, 86, 88, 92, 109, 120, 125, 130, 138; GS 64, 65, 84; PP 5, 10, 12, 22, 25, 26, 34, 35, 40, 50, (43-53).

Tópicos da DSN

#### 4. *Imperativo de subsistência*

A submissão à superpotência sobrepõe-se à vida própria de cada país. Assim estará preservada a civilização cristã.

Doutrina da Igreja

MM 170: "... As nações mais ricas, ao prestarem auxílio às que não têm recursos, devem não apenas considerar e respeitar as características destas, mas ter todo o cuidado para, com essa ajuda, não lhes impor a sua maneira de viver".

MM 173: "Por conseguinte, é de absoluta necessidade e de justiça que as nações, ao prestarem cooperação técnica e financeira aos países subdesenvolvidos economicamente, façam-no sem nenhum interesse de domínio ..."

PT 125: "As nações economicamente desenvolvidas que ... auxiliam as mais pobres ... abstenham-se cuidadosamente de qualquer pretensão de domínio".

GS 65: "O progresso econômico... não pode ser abandonado ao só arbítrio de poucas pessoas, ou grupos economicamente poderosos... nem de algumas nações mais ricas" (cf. ainda: MM 169, 171, 173, 174; PT 120, 125).

Tópicos da DSN

#### 5. *Teoria do Ocidente Ideal*

A fidelidade a esses princípios levaria ao estabelecimento do "Ocidente Ideal", que terá: a *Ciência*, como instrumento de ação, a *Democracia*, como forma de organização política, o *Cristianismo*, como supremo padrão ético de convivência social.

a) A aceitação pura e simples do sistema capitalista ( § 2).

b) Democracia, num sentido muito diverso do comumente aceito. Aqui significa: o grupo ideologizador (militar) que assume o poder *em nome do povo*. Trata-se, pois, de um totalitarismo militarista.

Doutrina da Igreja

A estas idéias opõe-se a Doutrina da Igreja que propõe claramente:

a) a "formação de uma comunidade de *todas as nações* (sem distinguir Ocidente e Oriente), em nações (sem distinguir Ocidente e Oriente), em que cada uma delas consiga de seus direitos e deveres, trabalhará em plano de igualdade pela prosperidade de todos os povos" (MM 174).

b) Instaurar uma ordem política jurídica na qual os direitos da pessoa sejam mais amparados, como os direitos de se reunirem livremente, de se associarem, de exprimirem as próprias opiniões e professarem a religião em particular e em público" (GS 73).

c) Promover a fraternidade dos povos" e a "solidariedade entre as nações" (cf. supra). Cf. também: GS II parte: cap. IV, sobretudo n.73-76 e cap. V, sobretudo n.77, 83-87, 89; PT 80, 129, 130, 145; PP 1, 17, 44, 48, 62, 64, 65, 67, 73, 80, 84.

Nota: Quanto ao Capitalismo, "liberalismo sem freio que conduz à ditadura do imperialismo internacional do dinheiro", é um nefasto sistema, fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas" (PP 26). O "Totalitarismo, sob qualquer forma, é desumano"(GS 75).

Tópicos da DSN

#### 6. *Guerra total*

Contra a "Subversão" ("tudo o que se opõe ao regime vigente"), contra a "infiltração comunista" (comunismo identificado com o bloco oriental, materialista), contra a *insurreição* (subversão armada, buscando a derrubada do poder).

"Hoje a guerra assume proporções universais, globais, totais".

a) Abrange todo o espaço territorial dos Estados beligerantes, a totalidade do esforço econômico, político, psicossocial, cultural e militar.

b) Abrange *todos os povos*, obscurecendo a figura da neutralidade.

c) Amplia-se na *escala do tempo*. A pré-guerra e a pós-guerra são manifestações atenuadas de seu dinamismo avassalante, formas lavradas de guerra.

d) Leva os *cidadãos* a todos os sacrifícios e perigos. Obriga-os à abdicação de liberdades e *direitos* em mãos do Estado, "Senhor todo-poderoso".

Nota: Esta dimensão *universal* da guerra vem do fenômeno da "polarização" (cf. supra 1º, 2º, 3º, e 4º) e dos "antagonismos" daí resultantes.

7º A busca da PAZ é um retrocesso na conscientização. O pacifismo é "desfibrante e abúlico".

8º A *justiça social* é uma incógnita. "A paz mundial estável e a justiça entre as nações, fundada na autodeterminação dos povos, são *sonhos sem base real*".

Doutrina da Igreja

A Igreja, visando "proscriver a desumanidade da guerra" (GS 77), condena "com firmeza e sem hesitações, qualquer ação bélica que visa a destruição indiscriminada de cidades inteiras ou de vastas regiões com seus habitantes" como "um crime contra Deus e o próprio homem" (GS 80).

Deve-se resistir à grande tentação da violência (PP 11, 30), pois ela "gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas" (PP 31). Finalmente, "nada se perde com a paz", mas a guerra pode destruir tudo" (PT 116).

cf. *ainda*:

a) *Sobre justiça*: MM: 18, 21, 31, 69, 71, 82, 83, 112, 122, 132, 135, 136, 150, 168, 206, 229, 257, etc.; PT: 56, 64, 154-156, 161, 162; PP: 5, 21, 55, 63, 73, 75, 80, 87.

b) *Sobre a paz*: MM: 215; PT: 1, 110, 113, 115, 117, 130, 134, 142, 165-167, 169, 172, PP: 4, 5, 22, 44, 59, 61, 70, 76, 85; GS: 77-82.

c) *Sobre desarmamento, contra ocupação de territórios, colonialismo*: PT: 88, 89, 92, 93, 109-119, 124-125, 126-129; GS: 79-82; PP: 52, 53.

Tópicos da DSN

9. Partindo do pressuposto da guerra global e permanentemente, o *desenvolvimento* e o bem-estar comum devem submeter-se ao "planejamento", de maneira permanente e institucionalmente.

*Nota*: Aqui a raiz da D.S.N.

10. Permanente oscilação entre *conflito* e *cooperação*. Situação de insegurança (o que fundamenta a D.S.N.).

11. *Imperativo absoluto*

O *Nacionalismo*, 1o princípio de ordem política e social consiste na adesão total do indivíduo ao Estado. Os interesses da Nação sobrepõem-se a quaisquer outros (doutrinas, sentimentos, ideais, valores).

*Única exceção*: Defesa associativa do bloco ocidental exige submissão ao Estado-líder.

Doutrina da Igreja

I - A doutrina da Igreja sobre Programas e Planificação (PP 9, 21, 32, 33, 35, 37, 47) bem como sobre as "Relações entre os seres humanos e os poderes públicos" (PT 46-79) opõe-se diametralmente ao D.S.N.

A "realização do bem comum constitui a própria razão de ser dos poderes públicos" (PT 54).

"O bem comum tem relação essencial com a natureza humana" (PT 55); não pode, portanto, ficar na dependência do planejamento estratégico.

II - cf. *infra*, todas as citações sobre Pessoa humana, Dignidade, Direitos fundamentais, Bem-estar. Cultura, Educação, etc.

Ao nacionalismo exacerbado opõe-se a Doutrina da Igreja:

I. *Em geral*:

"O nacionalismo isola os povos, contrariando o seu verdadeiro bem" (PP 62).

"Também na vida econômico-social a dignidade da pessoa humana, com sua vocação integral, bem de toda a sociedade, deve ser honrada e promovida. O homem, com efeito, é o autor, centro e fim de toda a vida econômico-social" (GS 63).

cf. *também*: MM 169; PP 72.

II. - *Em particular*, defendendo a dignidade da pessoa humana, seus direitos fundamentais, sua liberdade, bem-estar, nível de vida, cultura, educação social, finalmente o Homem, fim da Sociedade e não o contrário.

Eis as citações principais:

*Sobre a Pessoa Humana*: MM: 21, 83, 84, 114, 142, 191, 192, 205, 208, 211, 214, 215, 219, 220, 249; GS: I parte, cap. I (12-22).

*Dignidade do homem*: GS 17. "A dignidade do homem exige que posa agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é, movido por uma convicção pessoal..."

cf. *também*: MM: 219, 220,; PT: 3; PP: 21, 30, 32, 37, 39, 54; GS: 12, 26, 63; DH: 1, 9-12.

*Direitos fundamentais: Resumo*: PT: 8-27: são direitos fundamentais do homem:

1. Direito de existir, com um nível de vida digno.
2. Direitos relativos aos valores morais e culturais.
3. Direito de orar a Deus, conforme a reta consciência.
4. Direito de escolher o próprio estado de vida, matrimônio, livre iniciativa, propriedade, etc.
5. Direito de Associação.
6. Direito de Migração.
7. Direitos políticos.

cf. *também*: MM: 2 e 3; PP: 31, 33, 34, 36, 63; GS: 14, 16, 26, 27, 29, 60-62, 68-71, 87.

*Salvaguardar os Direitos*: MM: GS: 41, 63 DH: 6.

*Liberdade*: PP: 15 "Dotado de inteligência e de liberdade, é cada um responsável pelo seu crescimento..." "... Cada um permanece o artífice principal do seu êxito ou seu fracasso..."

cf. *também*: MM: 208, 232; PT: 23; PP: 6, 15, 33, 37, 39, 47; GS: 17, 26; DH: 6.

*Bem-Estar*. Cf. MM: 3, 34, 45, 48, 74; PP: 22; GS: 69.

*Nível de Vida*: MM: 3, 124, 125, 127, 128, 136, 143, 144, 157; PT: 11, 122.

*Cultura*: PT: 13 "Deriva da natureza humana o direito de participar dos bens da cultura e, portanto, o direito a uma instrução de base e a uma formação técnica a profissional conforme o grau de desenvolvimento cultural da respectiva coletividade.

cf. *também*: MM: 45; PT: 88, 96, 148; PP: 40 (21, 29, 30), 62, 72); GS: 15, 53.

*Cultura, direitos de todos*: GS: 60 "Deve-se trabalhar... para que todos se tornem conscientes, não só do direito à cultura, mas também do dever a que estão obrigados de cultivar a si mesmos e de ajudar os outros".

cf. *também*: GS: 9, 61, 62.

*Educação Social*: MM: 37, 195, 226-230; PT: 13, 17, 153; GS: 26.

Homem, fim da sociedade: MM: 210 "O princípio mais importante desta doutrina (a Doutrina Social da Igreja) consiste em cada um dos homens ser, necessariamente, o fundamento, a causa e o fim de toda a instituição social..."

cf. *também*: MM: 109; PT: 26; GS: 25.

Tópicos da DSN

12. Liga das Nações, um aborto; ONU "palco onde se digladiam nações inimigas".

Doutrina da Igreja

"As instituições internacionais já existentes, universais ou regionais certamente são beneméritas do gênero humano" (GS 84).

cf. *também*: GS: 82, 83; PP: 35, 64, 81, 84.

ONU = PP: 4, 76, 78.

FAO = MM: 156; PP: 46.

UNESCO =PP: 35.

OIT = MM: 103.

Cáritas = PP: 46.

Tópicos da DSN

13. Como conseqüência desses princípios todos (cf. supra, especialmente 2º, 3º, 4º, 6º e 9º) a segurança continental impõe a manutenção das nações-satélites "fornecedoras de matérias-primas e vivendo à base de exportações dos produtos agrícolas. Os benefícios (financiamentos, empréstimos, convênios) tendem sempre a tornar os "satélites" cada vez mais dependentes do Estado-líder.

Doutrina da Igreja

a) *Solidariedade e Fraternidade* dos povos: cf. supra e PP: 44.

b) *Idêntica oportunidade a todos*: "Construir um mundo em que todos os homens... possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões...: em que a liberdade não seja uma palavra vã..." (PP: 47).

"A solidariedade mundial permita a todos os povos tornarem-se artífices de seus destinos" PP: 65.

c) Transações comerciais: entre países ricos e pobres, baseadas na equidade (GS: 85 e PP: 56).

Empréstimos, com juros e duração favoráveis (PP: 54).

d) Sem exploração nem colonialismo: "Os beneficiados podem exigir que não se intrometam na sua própria política, nem perturbem a sua estrutura social" (PP: 54).

cf. GS: 63-66, 69, 85-87; PP: 44, 45-66, 73, 76; PT: 80-129.

*Estudo elaborado por uma equipe de peritos e coordenado por Dom Cândido Padin, O. S. B., junho de 1968. Exigências cristãs de uma ordem política, 1977, 33-39*

33. A segurança é um elemento indispensável do bem comum, na medida em que garante externamente as justas prerrogativas da soberania nacional e a independência econômica do País contra interferências indébitas e garante internamente a tranqüilidade pública, a seqüência normal da vida da Nação e o gozo dos direitos fundamentais das pessoas, das famílias e das instituições.

34. A Igreja não contesta o direito de o Estado moderno elaborar uma política de segurança nacional. Tal política não colide com o ensinamento da Igreja quando a segurança leva, de fato, à verdadeira PAZ, como conseqüência positiva da colaboração entre os homens; quando a segurança define seus objetivos através do exercício de participação nacional; quando, enfim, a segurança vem a corresponder, plenamente, aos imperativos da ordem política e da ordem moral.

35. Ligada à realização do bem comum, a segurança é, essencialmente, um imperativo moral de sobrevivência da Nação, que reclama a cooperação consciente de todos os cidadãos. Entretanto, quando, em nome deste imperativo, o Estado restringe, arbitrariamente, os direitos fundamentais da pessoa, subverte o próprio fundamento da ordem moral e jurídica.

36. A segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares.

37. A segurança, como bem de uma Nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade freqüente e quase total.

38. A segurança, como privilégio de um sistema, acabaria por constituir-se em fonte última de direito, criando, alterando e derogando normas jurídicas em função dos interesses do próprio sistema. Aprofundar-se-ia, assim, um perigoso distanciamento entre o Estado e a Nação, entre o Estado identificado com um sistema e a Nação não participante, ou cuja participação fosse tolerada na medida em que sirva para fortalecer um sistema.

Este distanciamento está na origem de todos os regimes totalitários de direita ou de esquerda, que são sempre a negação do bem comum e dos princípios cristãos.

39. Por melhores e mais bem intencionadas que sejam as pessoas que participam de um governo, dificilmente poderão se libertar dos seus princípios ideológicos. Vale a advertência de Paulo VI: "O cristão haurirá nas fontes de sua fé e no ensino da Igreja os princípios e critérios oportunos, para evitar de deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema, cujas limitações e cujo totalitarismo ele se arriscará a ver, só quando é já demasiado tarde, se não se apercebe deles nas suas raízes" (Octogésima Adveniensi, n.36).

*Por uma nova ordem constitucional, 1986, 10-12.*

10. Nessa perspectiva de mudança mais profunda, é mister afirmar que a nova Constituição não deverá restringir-se à reorganização do Estado e de suas relações com a sociedade. Ela deverá traduzir a busca de um novo modelo de sociedade, na sua dimensão social, política, econômica, cultural e internacional. Modelo que se baseará nas exigências éticas da sociedade humana e na extensão da cidadania efetiva a todos os brasileiros e brasileiras sem exceção. Dentro desse novo modelo, caberá a todos os cidadãos o papel de participar corresponsavelmente no empenho pelo aperfeiçoamento social e ao Estado a função de promover para o bem comum, caracterizando uma democracia orgânica e participativa.

11. Adotando-se esse critério, a Constituição deverá inverter a posição tradicional, que dá ao Estado toda a primazia da iniciativa social. A sociedade deverá ganhar a condição de sujeito coletivo da transformação social, conquistando instrumentos de exercício de uma democracia que lhe permitam organizar e controlar a ação do Estado, colocando-o a seu serviço. O sentido que deve ter a nova Constituição é o de abrir espaço para que toda a sociedade possa identificar criticamente o que deve ser mudado, num processo de busca de justiça social, liberdade, igualdade de direitos e de oportunidades. Nesse esforço a sociedade utilizará a mediação do Estado para que a vida democrática se aprofunde e a justiça prevaleça cada vez mais nas relações sociais.

12. Já existem em outros países instrumentos e mecanismos que visam dar à sociedade condições de controlar as decisões de interesse coletivo, governamentais ou privadas. Da atuação dos movimentos populares já surgem novas propostas. Outras vem sendo discutidas no nível dos especialistas. Será através dessas alavancas de transformação social que a sociedade disporá de meios para avançar sempre mais rumo à justiça, à plena democracia e à efetiva participação de todos". D. **Cândido Padin**, "A Doutrina da Segurança Nacional à luz da Doutrina da Igreja", SEDOC, 1968, 432-444; *Exigências cristãs de uma ordem política, 1977, 33-39; Por uma nova ordem constitucional, 1986, 10-12. O presente documento provocou grande celeuma em certos ambientes. Para situá-lo nada melhor do que um esclarecimento do próprio Dom Cândido Padin:*

*"O estudo é apenas um ponto de partida para uma análise da responsabilidade dos cristãos na atual conjuntura brasileira. Como todo estudo, não pode ser considerado acabado e definitivo. Como estudo de um processo social focaliza especialmente fenômenos sociológicos dentro de uma visão evolutiva. Não pretende fixar responsabilidade de determinadas pessoas. A crítica é feita a uma estrutura global, cujas últimas conseqüências nem todos percebem.*

*Assim como, no tempo do nazismo na Alemanha, houve cristãos que aceitaram as posições do regime sem perceber que contrariavam as verdadeiras exigências do cristianismo, também agora no Brasil nem todos percebem que certos conceitos e posições, assumidos por essa concepção política, não correspondem à doutrina da Igreja. Admito, portanto, a boa fé dos que defendem tal concepção. Mas não pode ela ser identificada com um projeto de sociedade realmente cristã".*

*Introdução* – A Igreja, no desenvolvimento histórico a que está destinada, vai-se defrontando com fenômenos sociais e políticos denunciadores, do mesmo tempo, de causas que lhe bloquearam sua ação de serviço à humanidade no passado e que no presente podem produzir os mesmos efeitos, dada a política que rege os fatos sociais.

A ante-história que se delineou no mundo através da política que eclodiu na realidade do nazismo atuante, de certo modo e bem comparado, vai-se traçando também na política nacional brasileira, anunciando encarnações de que o mundo já foi espectador num passado não muito remoto.

E a escravidão a se implantar que se escondia por detrás de todo um clã-poder supranacionalista de Hilder, coloca-se numa dialética irreversível no desenvolvimento-tipo por que se está encaminhando a nossa estrutura nacional.

"Tudo que de cultura nos oferece hoje o mundo, tudo que produziu a arte, a ciência e a técnica é quase exclusivamente obra do Ariano. De onde se pode concluir que ele foi o fundador da humanidade superior e encarna o arquétipo de homem. É o Prometeu humano. De sua frente luminosa desprende-se, em todos os tempos, a centelha divina do gênio" (Hilder, Mein Kampf, p.31).

Substituíamos aqui o Ariano pelas Forças Armadas. Encontraremos as mesmas posições que se afirmam e conseqüentemente partiremos para os mesmos efeitos.

Contudo, o racismo nazista encontrou forte obstáculo para realizar o ideal preconizado pela consciência do que significa ser filho de Ariano.

*A Igreja, o obstáculo* – Então, logicamente era preciso aniquilá-la, ou pelo menos silenciá-la.

Os métodos empregados para esse fim são denunciados por Pio XI na "Mit Brennender Sorge".

Em resumo, procurou-se mascarar e camuflar toda ação contra a Igreja; criou-se em torno da Igreja um ambiente de desconfiança, de ódio, de difamação, de maquiavelismo; comprimiam-se a liberdade de ação da Igreja; canonicizou-se a estatolatria; desvalorização do religioso (sentido), através do panteísmo de Gobineau, Gumplovicz via Hegel, Fichte e Kant; Cristo foi substituído pelo mito da raça e do sangue; envolvimento e comprometimento da Igreja, especialmente de suas autoridades; utilitarismo, *nacionalismo religioso* (do qual os chefes são os pontífices); deseducação na escola, nos meios de comunicação (lei da imprensa), nas associações juvenis; a perseguição para silenciar sacerdotes.

No Brasil vai surgindo o super-homem histórico para hoje. O super-homem força, julgamento, decisão. Instrumento do poder econômico. Uma técnica superdesenvolvida a serviço dos dois. Interdominação. Um garantindo o outro e tentando agregar a si, para a própria defesa, a turba dos fracos e subdesenvolvidos, mas rendosamente exploráveis. E um método geral para submeter os fracos parece ser transformá-los em estados-divindade, (exército) facilmente manobráveis. Os métodos particulares são os mesmos do nazismo, mais refinados pela experiência. A finalidade não confessada talvez seja... o aniquilamento da Igreja, ainda uma vez, a única capaz de se opor a esse estado de coisas.

Isto aparecerá melhor no decurso da síntese que se pretende construir, por meio das presentes reflexões. Na primeira parte teremos a síntese histórica da evolução político-social brasileira, de 1930 até nossos dias. Na segunda parte teremos a síntese da ideologia que rege o Brasil hoje.

Na terceira parte teremos o confronto: Doutrina da Segurança Nacional (DSN) e a Doutrina da Igreja.

*Primeira Parte: Antecedentes e causas* - A crise política que o Brasil viveu na década de 1950/60 e terminou com o movimento militar de 1964 e todas as conseqüências trazidas ao país em nossos dias, está estreitamente ligada às transformações estruturais que o advento da industrialização determinou na esfera econômica, política e social.

O desenvolvimento, ao criar mecanismos de mudanças na estrutura da sociedade, gera padrões e formas de comportamento e expectativas radicalmente conflitantes com os padrões, e comportamentos da sociedade anterior. Esse conflito que abrange todos os campos da sociedade em transformação assume no campo político formas de poder e coalizão que oscilam entre sistemas de governo aparentemente democráticos e governos com tendências manifestamente autoritária ou ditatoriais.

A transformação de nossa economia, de tipicamente exportadora e monocultura em semi-industrial, resultou no deslocamento acelerado da população do campo para as cidades, na racionalização crescente das organizações e instituições sociais, na secularização da cultura, permitindo a ascensão de amplos setores da população a níveis e expectativas de consumo de países mais evoluídos e a formas de representatividade e participação na vida política.

Se a crise mundial de 1929 significou para o Brasil a opção por um modelo de desenvolvimento industrial, do ponto de vista político foi o marco inicial no caminho da democratização das instituições políticas e administrativas da nação.

A substituição da hegemonia política a partir de 1930, quando a burguesia latifundiária passou a dividir o poder com a burguesia industrial e financeira, recolocou em termos políticos o problema da participação da classe média e do proletariado urbano no sistema de poder nacional, com manifestações agudas, como foi o caso do movimento constitucionalista de São Paulo, a coluna Prestes, etc.

O desencadeamento do processo de luta política posteriormente veio continuado com o movimento da redemocratização em 1945 e conseqüentemente queda da ditadura Vargas; a campanha do monopólio nacional do petróleo, a morte de Vargas e as crises do governo Café Filho e Carlos Luz; o programa de metas de desenvolvimento do governo Kubitschek e a renúncia de Quadros; a posse de Goulart, as reformas de base e o movimento militar de abril de 1964; enfim toda uma seqüência de lutas políticas, em que os interesses

oligárquicos postos à prova revelaram a fragilidade da estrutura política onde nem sempre o centro de decisão foi nacional, ou quando muito democrático.

A instabilidade política que estes fatos demonstraram, repetidos de resto na América Latina, Ásia e África, mostram claramente a existência de uma luta travada dia a dia, no sistema de poder do País, que se radicaliza mais ou menos em função da maior ou menor participação do povo nos instrumentos de decisão e dos interesses internacionais.

O crescimento do país, à medida que permitiu o estabelecimento de expectativas de melhores condições de vida em certas áreas, deixou de fora contingentes imensos da população vivendo a fase histórica semifeudal ou pré-capitalista. Mesmo nas áreas mais desenvolvidas da nação, os frutos do crescimento, distribuídos seletivamente, não atenderam às necessidades das populações *trabalhadoras*.

Ao apelo de maior democratização das formas e modalidades de acesso à cultura e aos padrões de consumo e participação na produção e renda do País, as classes detentoras do poder, virtualmente litigantes entre si, reúnem-se em bloco monolítico e obstaculizam todo e qualquer processo de luta política que venha significar em repartição do poder e melhor distribuição de rendas.

Partindo da premissa de que o desenvolvimento implica necessariamente na transformação dos frutos do trabalho da coletividade em capital para reinvestimento, o poder político estrategicamente passa a reduzir a participação das classes assalariadas, reduzindo o número de partidos, liquidando os sindicatos, decretando o congelamento salarial, classificando como subversivo todo e qualquer movimento que preconize outras formas de representatividade política.

A consagração deste estado de força tem na DSN a explicitação mais concreta.

O atual momento Brasileiro marca uma cisão entre o poder político e o cidadão. Aqueles grupos sociais que formavam a base da pirâmide econômica e política da nação, como os sindicatos, associações de classe, etc. perderam sua representatividade dentro do trânsito político-institucional.

As decisões em termos nacionais passaram a ser objeto de uma linha central e tuteladora da consciência nacional, ou seja, o CSN, e são arbitrados dentro do jogo de interesses políticos do Ocidente, onde os EE.UU. ocupam a posição de grande metrópole-líder.

Nesta altura dos acontecimentos é de rever-se a posição da Igreja como grupo social e militante. Engajada e diretamente ligada em todos os níveis de escala social, não se pode esquecer o papel decisivo que a Igreja pode vir a desempenhar como grupo de pressão na defesa dos direitos e valores humanos implícitos na mensagem evangélica.

*Segunda Parte: O que rege o Brasil atualmente* - 1. São poucos os documentos públicos que podem ser consultados; a maioria permanece no domínio dos que detêm atualmente o poder.

Nosso estudo foi feito sobre os seguintes:

- Constituição Federal de 1967.
- Decreto-lei n.º 200 de 25-2-1967 - Reforma administrativa.
- Decreto-lei n.º 314 de 13-3-1967 - Segurança nacional.
- Decreto-lei n.º 348 de 8-1-1968 - Conselho de Segurança Nacional.
- Aula inaugural do Pres. Castelo Branco na Escola Superior de Guerra, a 13-3-1967.
- Discurso do Diretor da Escola Superior de Guerra General Augusto Fragoso, a 20-5-1968.
- Geopolítica do Brasil - General Golbery do Couto e Silva - Editora José Olympio 1966.

São poucos na verdade, porém suficientes, para conhecermos os princípios básicos da filosofia e sistemática do governo que se implantou no país em 1964.

2. Da análise e interpretação da conjuntura nacional, os teóricos do novo poder tiram alguns princípios que são tidos por indispensáveis e que vão nortear o planejamento global:

a) *os antagonismos*: Há dois blocos de nações no mundo, opostos, irreduzíveis: o Ocidente democrático e cristão e o Oriente comunista materialista. Entre eles o antagonismo permanente e onipresente, a guerra global. Para os países subdesenvolvidos do Ocidente, é necessário reconhecer por imperativo histórico sua vinculação ao Estado-líder do bloco democrático.

A tecnologia domina o mundo, é necessário pois deixarem-se de lado os idealismos: os países fortes serão cada vez mais fortes, e os países fracos cada vez mais fracos; países-metrópoles e países-satélites: a relação que deve haver entre eles, sobrepõe-se à vida própria de cada país.

A adesão total, a submissão à superpotência nos garante a preservação da civilização cristã, desde que confiemos no sistema de segurança coletiva do bloco, nos pactos multilaterais, no arsenal do Estado-líder. Não se pode mais delimitar a política interna de um país de sua política externa. Se formos fiéis a esses princípios chegaremos ao "Ocidente ideal" que terá:

- a ciência como instrumento de ação;
- a democracia como fórmula de organização política;
- o cristianismo como supremo padrão ético de convivência social.

Enquanto isso, só nos resta aceitar a guerra total e lutarmos com todas as forças contra a subversão, a infiltração comunista, a insurreição.

b) *o nacionalismo*: É o princípio primeiro da ordem social e política, é a adesão total do indivíduo ao Estado, é um imperativo absoluto. A lealdade suprema à nação é a última etapa no processo evolutivo de tomada de consciência; nela o homem encontrará o ambicionado equilíbrio interior. Pode haver, entretanto, uma regressão nesse processo de conscientização, é o que está acontecendo na velha Europa, onde o nacionalismo não consegue mais galvanizar a dedicação dos cidadãos aos Estados, por causa da "doutrina do pacifismo desfibrante e abúlico".

O sadio nacionalismo exige que os verdadeiros interesses da nacionalidade se sobreponham a quaisquer outros, que a seu nome sejam sacrificadas quaisquer doutrinas, teorias, ideologias, sentimentos, ideais e valores, desde que incompatíveis com o princípio absoluto.

O nacionalismo deve inspirar, motivar e permear toda elaboração política, toda concepção estratégica. Ele é a vontade coletiva de realizar os objetivos nacionais: sobrevivência da nação como grupo superiormente integrado em prosperidade e prestígio.

Defende-se a primazia do nacionalismo, entretanto seria irreal uma segurança eminentemente nacional, sem a defesa associativa, continental. Esta defesa de bloco ocidental vem exigir a aceitação do sacrifício para o

desenvolvimento, a importação da tecnologia externa, a vinda de recursos minerais, enquanto não se tem capital para explorá-los, a influência político-econômico-cultural do Estado-líder, afinal, a aceitação do sistema econômico capitalista e as instruções democráticas do Ocidente.

3. Aceito que nos encontremos em guerra global e permanente, aliados indissolúvelmente ao bloco ocidental devemos definir uma estratégia nacional em planejamento global.

Governo e política nacionais devem ser assumidos pela estratégia e identificar-se com ela.

O poder nacional (o poder nacional inclui o tríplice poder: executivo, legislativo e judiciário) é mero instrumento de ação da estratégia, quem a define porém é o componente militar do poder nacional. Poder militar que em caso de guerra deve assumir totalmente o controle da nação.

O planejamento, que visa o desenvolvimento e o bem-estar comum, deve estar submisso ao planejamento estratégico, cujo objetivo é a segurança contra os antagonismos, e isto, não de maneira transitória, mas permanente, institucionalmente.

Surge assim a Doutrina de Segurança Nacional: da análise da conjuntura ocidental e da brasileira em particular, tiram-se princípios que legitimam a instauração de um superpoder (vinculado totalmente a interesses do Estado-líder), que decide, a título de segurança coletiva, qual deve ser o regime, a política econômico-financeira, capitalista, o planejamento para o desenvolvimento, etc., em nome da civilização Ocidental e Cristã.

4. A luta pelo regime democrático e pelo estilo de vida cristã, a obsessão anticomunista, levaram a aplicar à situação brasileira os postulados da Doutrina de Segurança Nacional, impondo novas estruturas de poder. (A elite ideologizadora investiu-se para tanto de poderes institucionais soberanos de arbítrio e decisão. Justificativa: só podem comandar os que souberem avaliar a conjuntura atual: para interpretá-la são necessários princípios válidos; só possuem esses princípios os que fazem parte da elite ideologizadora...).

Apesar das dificuldades (segurança ou liberdade, desenvolvimento ou submissão, estratégia ou política...) os teóricos tomam medidas com persistência e firmeza, a fim de alcançar a plena realização da DSN. As decisões pragmáticas implicam sobretudo na:

a) imposição do processo de planejamento global estratégico como sistema de governo ou regime, transformando os postulados da DSN em princípios constitucionais;

b) a implantação de superestruturas do poder sobrepostas ao poder nacional, de que se utilizam é o poder supremo de decisão ao qual tem que se conformar os poderes legais.

5. Este planejamento estratégico global, identificado com o regime ou sistema político, parte da análise, da reflexão da realidade e chega à decisão operacional ou aos objetivos da ação.

Dentro dos objetivos nacionais há uma hierarquia:

a) os objetivos nacionais permanentes são as metas permanentes visadas pela estratégia global: independência política dentro da cooperação continental, estilo de vida democrático com participação efetiva e consciente do povo, unidade nacional, integração social fundamentada nos princípios da justiça social e moral cristã, fortalecer a estrutura econômica, etc.;

b) os objetivos nacionais atuais são a tradução atualizada para a realidade concreta dos objetivos permanentes: integrar e valorizar os espaços territoriais, expandir para o interior, defender a civilização ocidental, promover a colaboração continental, etc.

Estes objetivos podem levar a uma situação de ter que se sacrificar o bem-estar comum em proveito da Segurança desde que esta se sinta ameaçada. Mais eles podem, em um dado momento, ser opostos aos objetivos nacionais do Estado-líder, ou simplesmente identificados com os valores do antagonismo ocidental onipresente e sua defesa será então a defesa da ordem vigente.

6. As estruturas de poder vão pôr em prática o planejamento global sob a orientação do grupo ideologizador que se atribui a suprema instância de arbítrio e decisão.

A estratégia avalia a conjuntura, estabelece os objetivos, a política de consecução, as áreas estratégicas principais: deduz ainda as diretrizes governamentais para cada campo da vida nacional, impondo-lhes os objetivos particulares a alcançar, as condições de planejamento e execução.

São atingidos por esse planejamento os quatro campos (poderes setoriais) em que se baseia a vida da nação e pelos quais o governo central promove a consecução e salvaguarda os objetivos nacionais:

a) campo político = Ministério da Justiça e o das Relações Exteriores;

b) campo psicossocial = Ministérios da Educação e Cultura, do Trabalho e Previdência Social, da Saúde e das Comunicações;

c) campo econômico = Ministérios da Fazenda, dos Transportes, da Agricultura, Indústria e Comércio, Minas e Energia, do Interior;

d) campo militar = Ministério do Exército, Marinha e Aeronáutica.

O superpoder instituído não elimina o poder político (executivo, legislativo e judiciário) mas o limita e o torna instrumento de ação. Assim:

1. O poder executivo: pelo decreto-lei n.º 200/67, a Presidência da República é assessorada, além de pelos quatro organismos (Consultoria Geral, Departamento da Administração do Pessoal Civil, Estado Maior das Forças Armadas e Alto Comando das Forças Armadas), por dois outros constitutivos do superpoder: o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o Serviço Nacional de Informação (SNI). (O Secretário Geral do CSN, dadas as atribuições que lhe são conferidas pelo decreto-lei n.º 348/68, tem todas as características do super primeiro-ministro ou do Secretário geral do Partido no regime comunista).

Todos os ministérios civis tem uma divisão de Segurança e Informações, cujos diretores devem ser aprovados pelo Secretário Geral do CSN e devem ser escolhidos dentre os membros das Forças Armadas ou dentre os civis diplomados pela Escola Superior de Guerra .

2. O poder legislativo: deve o legislativo à luz da Doutrina de segurança Nacional, dentro dos objetivos nacionais e da política de consecução, legislar. Seu controle é fácil desde que a DSN o reduziu a representações partidárias artificiais, cujo partido majoritário (a lei das sublegendas veio consagrar o predomínio político do partido situacionista) está a seu serviço. Note-se que as leis vigentes não foram elaboradas pelo poder legislativo.

3. O poder judiciário: seu papel é de supervisão e controle das ações estratégicas determinadas pela DSN. A índole militar do novo superpoder se torna mais nítida neste campo: até o Supremo Tribunal Federal tem que

acatar o conceito de crime contra a segurança nacional, definido pelo CSN e legitimado pela Constituição de 1967.

O foro militar foi estendido a todos os cidadãos que são indicados em atos contra a segurança nacional. A última instância, portanto, não é o Supremo Tribunal Federal, mas a CSN e o SNI, que orientam a ação policial e judiciária de prevenção ou repressão que vise a segurança nacional.

Tomar atitude de oposição a este novo regime é subversão, é cooperação com o antagonismo do oriente, é tornar-se inocente útil à causa do comunismo ateu e materialista.

7. É importante que se note estar a DSN sendo implantada paulatinamente no Brasil. Os objetivos nacionais estão formulados, embora só alguns sejam de conhecimento público; toda a estrutura de poder está a serviço da política de planejamento global ditada pela adesão incondicional à segurança do Ocidente, liderada pela metrópole; os postulados dessa doutrina tornaram-se princípios institucionais e constitucionais; a consecução dos objetivos obedece a um cronograma a fim de não exacerbar a opinião pública; o grupo ideologizador, saído da Escola Superior de Guerra, detém o superpoder e é constituído em sua maioria de militares; a "civilização ocidental e cristã" pregada pela DSN é um chavão que não resiste a um confronto sério com a mensagem evangélica; os direitos fundamentais da pessoa humana são relativizados; a democracia é um nome que cobre a realidade de um totalitarismo militar: a repressão injusta impede a liberdade de opinião, de expressão e de associação; a análise da conjuntura impõe uma ideologia baseada no falso dilema de opção entre Ocidente e Oriente; a soberania nacional é delimitada a ponto de não subsistir...

É dentro de tudo o que vimos que se devem entender os passos já dados na consecução dos objetivos propostos pela DSN: O golpe de 1964; os militares no poder; os atos institucionais; a nova constituição; o bipartidarismo; o terror implantado pelos IPMs; a perseguição dos que discordam do novo regime; as eleições indiretas; a política externa; a lei de remessa de lucros; a tentativa de legalização da Força Interamericana de Paz; a lei de arrocho salarial; a lei de fundo de Garantia; a reforma administrativa; a aceitação do trânsito de tropas estrangeiras pelo território nacional; a supressão do direito eleitoral nos municípios em área de Segurança; os acordos Mec-Usaid; a seleção e distribuição de bibliotecas para escolas médias e superiores; a reestruturação das universidades segundo modelos estrangeiros e orientadas para a adoção de tecnologia criada para a linha de produção das indústrias norte-americanas de grande poder econômico; a abertura de grandes estradas.

*Terceira Parte: Confronto de Doutrinas - Tópicos da DSN*

1. Os dois blocos irredutíveis: - Ocidente e Oriente.

Ocidente: sinônimos de Cristão e Democrático.

Oriente: materialista e comunista.

Doutrina da Igreja

Obvia a falsidade da dicotomia Ocidente-Oriente:

a) Há materialismo e comunismo ocidental, como há democracia e cristianismo oriental.

b) Contraria toda a Documentação Conciliar e a Doutrina Social da Igreja.

Por exemplo: cf. mais abaixo: Fraternidade dos Povos, Comunidade dos Povos, Solidariedade Universal.

c) ... "As nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs..." (PP n.43).

Tópicos da DSN

2. *O Imperialismo Histórico*

Países subdesenvolvidos, vinculados necessariamente ao Estado-líder do Bloco Democrático.

Doutrina da Igreja

a) *Solidariedade entre as Nações*

MM 157: "O problema mais importante de nossa época talvez seja o das relações entre países economicamente desenvolvidos e os que se encontram em fase de desenvolvimento econômico". Por isso as nações que dispõem de superabundantes riquezas não podem permanecer indiferentes face à situação dos outros, cujos habitantes ainda se encontram a ponto de perecer de miséria e de fome...

Tópicos da DSN

3. *Imperativo Tecnológico*

Os países fortes serão cada vez mais fortes; os países fracos serão cada vez mais fracos.

Doutrina da Igreja

MM 161: "É dever de justiça e de humanidade que as (nações) mais ricas socorram as necessitadas" (cf. ainda: MM 158, 163, 170-174; PP 64).

PP 48: "O dever de solidariedade é o mesmo tanto para as pessoas como para os povos".

GS 86: "É obrigação gravíssima dos povos desenvolvidos ajudar os povos em via de desenvolvimento...".

b) *Fraternidade dos povos*

PP 43: "Este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. Sob um "tríplice aspecto: o do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o do dever de justiça social, isto é, a retificação de relações comerciais defeituosas entre povos fortes e povos fracos; o de dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de um seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros" (cf. também: GS 3, 38,78, 91). *Ad gentes*, n.8; *Nostra Aetate*, n.5; PP 48, 51-55, 64, 65, 76, 79.

c) *Desenvolvimento-Subdesenvolvimento*

GS 63: "Enquanto uma enorme multidão tem falta de coisas absolutamente necessárias, alguns vivem na opulência ou desperdiçam os bens". "O luxo e a miséria existem simultaneamente". "Entre as nações economicamente mais desenvolvidas e as outras nações, torna-se cada dia mais grave a oposição, que pode colocar em perigo a própria paz do mundo" cf. também: MM 48, 73, 74, 80, 122, 157, 184; PT 64, 86, 88, 92, 109, 120, 125, 130, 138; GS 64, 65, 84; PP 5, 10, 12, 22, 25, 26, 34, 35, 40, 50, (43-53).

Tópicos da DSN

4. *Imperativo de subsistência*

A submissão à superpotência sobrepõe-se à vida própria de cada país. Assim estará preservada a civilização cristã.

Doutrina da Igreja

MM 170: "... As nações mais ricas, ao prestarem auxílio às que não têm recursos, devem não apenas considerar e respeitar as características destas, mas ter todo o cuidado para, com essa ajuda, não lhes impor a sua maneira de viver".

MM 173: "Por conseguinte, é de absoluta necessidade e de justiça que as nações, ao prestarem cooperação técnica e financeira aos países subdesenvolvidos economicamente, façam-no sem nenhum interesse de domínio ..."

PT 125: "As nações economicamente desenvolvidas que ... auxiliam as mais pobres ... abstenham-se cuidadosamente de qualquer pretensão de domínio".

GS 65: "O progresso econômico... não pode ser abandonado ao só arbítrio de poucas pessoas, ou grupos economicamente poderosos... nem de algumas nações mais ricas" (cf. ainda: MM 169, 171, 173, 174; PT 120, 125).

Tópicos da DSN

#### 5. Teoria do Ocidente Ideal"

A fidelidade a esses princípios levaria ao estabelecimento do "Ocidente Ideal", que terá: a *Ciência*, como instrumento de ação, a *Democracia*, como forma de organização política, o *Cristianismo*, como supremo padrão ético de convivência social.

a) A aceitação pura e simples do sistema capitalista ( § 2).

b) Democracia, num sentido muito diverso do comumente aceito. Aqui significa: o grupo ideologizador (militar) que assume o poder *em nome do povo*. Trata-se, pois, de um totalitarismo militarista.

Doutrina da Igreja

A estas idéias opõe-se a Doutrina da Igreja que propõe claramente:

a) a "formação de uma comunidade de *todas as nações* (sem distinguir Ocidente e Oriente), em nações (sem distinguir Ocidente e Oriente), em que cada uma delas consiga de seus direitos e deveres, trabalhará em plano de igualdade pela prosperidade de todos os povos" (MM 174).

b) Instaurar uma ordem política jurídica na qual os direitos da pessoa sejam mais amparados, como os direitos de se reunirem livremente, de se associarem, de exprimirem as próprias opiniões e professarem a religião em particular e em público" (GS 73).

c) Promover a fraternidade dos povos" e a "solidariedade entre as nações" (cf. supra). Cf. também: GS II parte: cap. IV, sobretudo n.73-76 e cap. V, sobretudo n.77, 83-87, 89; PT 80, 129, 130, 145; PP 1, 17, 44, 48, 62, 64, 65, 67, 73, 80, 84.

Nota: Quanto ao Capitalismo, "liberalismo sem freio que conduz à ditadura do imperialismo internacional do dinheiro", é um nefasto sistema, fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas" (PP 26). O "Totalitarismo, sob qualquer forma, é desumano"(GS 75).

Tópicos da DSN

#### 6. Guerra total

Contra a "Subversão" ("tudo o que se opõe ao regime vigente"), contra a "infiltração comunista" (comunismo identificado com o bloco oriental, materialista), contra a *insurreição* (subversão armada, buscando a derrubada do poder).

"Hoje a guerra assume proporções universais, globais, totais".

a) Abrange todo o espaço territorial dos Estados beligerantes, a totalidade do esforço econômico, político, psicossocial, cultural e militar.

b) Abrange *todos os povos*, obscurecendo a figura da neutralidade.

c) Amplia-se na *escala do tempo*. A pré-guerra e a pós-guerra são manifestações atenuadas de seu dinamismo avassalante, formas lavradas de guerra.

d) Leva os *cidadãos* a todos os sacrifícios e perigos. Obriga-os à abdicação de liberdades e *direitos* em mãos do Estado, "Senhor todo-poderoso".

Nota: Esta dimensão *universal* da guerra vem do fenômeno da "polarização" (cf. supra 1º, 2º, 3º, e 4º) e dos "antagonismos" daí resultantes.

7º A busca da PAZ é um retrocesso na conscientização. O pacifismo é "desfibrante e abúlico".

8º A *justiça social* é uma incógnita. "A paz mundial estável e a justiça entre as nações, fundada na autodeterminação dos povos, são *sonhos sem base real*".

Doutrina da Igreja

A Igreja, visando "proscriver a desumanidade da guerra" (GS 77), condena "com firmeza e sem hesitações, qualquer ação bélica que visa a destruição indiscriminada de cidades inteiras ou de vastas regiões com seus habitantes" como "um crime contra Deus e o próprio homem" (GS 80).

Deve-se resistir à grande tentação da violência (PP 11, 30), pois ela "gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas" (PP 31). Finalmente, "nada se perde com a paz", mas a guerra pode destruir tudo" (PT 116).

cf. *ainda*:

a) *Sobre justiça*: MM: 18, 21, 31, 69, 71, 82, 83, 112, 122, 132, 135, 136, 150, 168, 206, 229, 257, etc.; PT: 56, 64, 154-156, 161, 162; PP: 5, 21, 55, 63, 73, 75, 80, 87.

b) *Sobre a paz*: MM: 215; PT: 1, 110, 113, 115, 117, 130, 134, 142, 165-167, 169, 172, PP: 4, 5, 22, 44, 59, 61, 70, 76, 85; GS: 77-82.

c) *Sobre desarmamento, contra ocupação de territórios, colonialismo*: PT: 88, 89, 92, 93, 109-119, 124-125, 126-129; GS: 79-82; PP: 52, 53.

Tópicos da DSN

9. Partindo do pressuposto da guerra global e permanentemente, o *desenvolvimento* e o bem-estar comum devem submeter-se ao "planejamento", de maneira permanente e institucionalmente.

Nota: Aqui a raiz da D.S.N.

10. Permanente oscilação entre *conflito* e *cooperação*. Situação de insegurança (o que fundamenta a D.S.N.).

#### 11. Imperativo absoluto

O *Nacionalismo*, 1o princípio de ordem política e social consiste na adesão total do indivíduo ao Estado. Os interesses da Nação sobrepõem-se a quaisquer outros (doutrinas, sentimentos, ideais, valores).

*Única exceção*: Defesa associativa do bloco ocidental exige submissão ao Estado-líder.

## Doutrina da Igreja

I - A doutrina da Igreja sobre Programas e Planificação (PP 9, 21, 32, 33, 35, 37, 47) bem como sobre as "Relações entre os seres humanos e os poderes públicos" (PT 46-79) opõe-se diametralmente ao D.S.N.

A "realização do bem comum constitui a própria razão de ser dos poderes públicos" (PT 54).

"O bem comum tem relação essencial com a natureza humana" (PT 55); não pode, portanto, ficar na dependência do planejamento estratégico.

II - cf. *infra*, todas as citações sobre Pessoa humana, Dignidade, Direitos fundamentais, Bem-estar. Cultura, Educação, etc.

Ao nacionalismo exacerbado opõe-se a Doutrina da Igreja:

### I. *Em geral*:

"O nacionalismo isola os povos, contrariando o seu verdadeiro bem" (PP 62).

"Também na vida econômico-social a dignidade da pessoa humana, com sua vocação integral, bem de toda a sociedade, deve ser honrada e promovida. O homem, com efeito, é o autor, centro e fim de toda a vida econômico-social" (GS 63).

cf. *também*: MM 169; PP 72.

II. - *Em particular*, defendendo a dignidade da pessoa humana, seus direitos fundamentais, sua liberdade, bem-estar, nível de vida, cultura, educação social, finalmente o Homem, fim da Sociedade e não o contrário.

Eis as citações principais:

*Sobre a Pessoa Humana*: MM: 21, 83, 84, 114, 142, 191, 192, 205, 208, 211, 214, 215, 219, 220, 249; GS: I parte, cap. I (12-22).

*Dignidade do homem*: GS 17. "A dignidade do homem exige que posa agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é, movido por uma convicção pessoal...".

cf. *também*: MM: 219, 220,; PT: 3; PP: 21, 30, 32, 37, 39, 54; GS: 12, 26, 63; DH: 1, 9-12.

*Direitos fundamentais: Resumo*: PT: 8-27: são direitos fundamentais do homem:

1. Direito de existir, com um nível de vida digno.
2. Direitos relativos aos valores morais e culturais.
3. Direito de orar a Deus, conforme a reta consciência.
4. Direito de escolher o próprio estado de vida, matrimônio, livre iniciativa, propriedade, etc.
5. Direito de Associação.
6. Direito de Migração.
7. Direitos políticos.

cf. *também*: MM: 2 e 3; PP: 31, 33, 34, 36, 63; GS: 14, 16, 26, 27, 29, 60-62, 68-71, 87.

*Salvaguardar os Direitos*: MM: GS: 41, 63 DH: 6.

*Liberdade*: PP: 15 "Dotado de inteligência e de liberdade, é cada um responsável pelo seu crescimento..." "... Cada um permanece o artífice principal do seu êxito ou seu fracasso..."

cf. *também*: MM: 208, 232; PT: 23; PP: 6, 15, 33, 37, 39, 47; GS: 17, 26; DH: 6.

*Bem-Estar*. Cf. MM: 3, 34, 45, 48, 74; PP: 22; GS: 69.

*Nível de Vida*: MM: 3, 124, 125, 127, 128, 136, 143, 144, 157; PT: 11, 122.

*Cultura*: PT: 13 "Deriva da natureza humana o direito de participar dos bens da cultura e, portanto, o direito a uma instrução de base e a uma formação técnica a profissional conforme o grau de desenvolvimento cultural da respectiva coletividade.

cf. *também*: MM: 45; PT: 88, 96, 148; PP: 40 (21, 29, 30), 62, 72); GS: 15, 53.

*Cultura, direitos de todos*: GS: 60 "Deve-se trabalhar... para que todos se tornem conscientes, não só do direito à cultura, mas também do dever a que estão obrigados de cultivar a si mesmos e de ajudar os outros".

cf. *também*: GS: 9, 61, 62.

*Educação Social*: MM: 37, 195, 226-230; PT: 13, 17, 153; GS: 26.

Homem, fim da sociedade: MM: 210 "O princípio mais importante desta doutrina (a Doutrina Social da Igreja) consiste em cada um dos homens ser, necessariamente, o fundamento, a causa e o fim de toda a instituição social..."

cf. *também*: MM: 109; PT: 26; GS: 25.

### Tópicos da DSN

12. Liga das Nações, um aborto; ONU "palco onde se digladiam nações inimigas".

### Doutrina da Igreja

"As instituições internacionais já existentes, universais ou regionais certamente são beneméritas do gênero humano" (GS 84).

cf. *também*: GS: 82, 83; PP: 35, 64, 81, 84.

ONU = PP: 4, 76, 78.

FAO = MM: 156; PP: 46.

UNESCO = PP: 35.

OIT = MM: 103.

Cáritas = PP: 46.

### Tópicos da DSN

13. Como consequência desses princípios todos (cf. supra, especialmente 2º, 3º, 4º, 6º e 9º) a segurança continental impõe a manutenção das nações-satélites "fornecedoras de matérias-primas e vivendo à base de exportações dos produtos agrícolas. Os benefícios (financiamentos, empréstimos, convênios) tendem sempre a tornar os "satélites" cada vez mais dependentes do Estado-líder.

### Doutrina da Igreja

a) *Solidariedade e Fraternidade* dos povos: cf. supra e PP: 44.

b) *Idêntica oportunidade a todos*: "Construir um mundo em que todos os homens... possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões...: em que a liberdade não seja uma palavra vã..." (PP: 47).

"A solidariedade mundial permita a todos os povos tornarem-se artífices de seus destinos" PP: 65.

c) *Transações comerciais*: entre países ricos e pobres, baseadas na equidade (GS: 85 e PP: 56).

Empréstimos, com juros e duração favoráveis (PP: 54).

d) Sem exploração nem colonialismo: "Os beneficiados podem exigir que não se intrometam na sua própria política, nem perturbem a sua estrutura social" (PP: 54).

cf. GS: 63-66, 69, 85-87; PP: 44, 45-66, 73, 76; PT: 80-129.

*Estudo elaborado por uma equipe de peritos e coordenado por Dom Cândido Padin, O. S. B., junho de 1968. Exigências cristãs de uma ordem política, 1977, 33-39*

33. A segurança é um elemento indispensável do bem comum, na medida em que garante externamente as justas prerrogativas da soberania nacional e a independência econômica do País contra interferências indébitas e garante internamente a tranquilidade pública, a seqüência normal da vida da Nação e o gozo dos direitos fundamentais das pessoas, das famílias e das instituições.

34. A Igreja não contesta o direito de o Estado moderno elaborar uma política de segurança nacional. Tal política não colide com o ensinamento da Igreja quando a segurança leva, de fato, à verdadeira PAZ, como conseqüência positiva da colaboração entre os homens; quando a segurança define seus objetivos através do exercício de participação nacional; quando, enfim, a segurança vem a corresponder, plenamente, aos imperativos da ordem política e da ordem moral.

35. Ligada à realização do bem comum, a segurança é, essencialmente, um imperativo moral de sobrevivência da Nação, que reclama a cooperação consciente de todos os cidadãos. Entretanto, quando, em nome deste imperativo, o Estado restringe, arbitrariamente, os direitos fundamentais da pessoa, subverte o próprio fundamento da ordem moral e jurídica.

36. A segurança não deve ser o privilégio de sistemas, classes e partidos; é uma responsabilidade do Estado a serviço de todos. Por isso não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir interesses particulares.

37. A segurança, como bem de uma Nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade freqüente e quase total.

38. A segurança, como privilégio de um sistema, acabaria por constituir-se em fonte última de direito, criando, alterando e derogando normas jurídicas em função dos interesses do próprio sistema. Aprofundar-se-ia, assim, um perigoso distanciamento entre o Estado e a Nação, entre o Estado identificado com um sistema e a Nação não participante, ou cuja participação fosse tolerada na medida em que sirva para fortalecer um sistema.

Este distanciamento está na origem de todos os regimes totalitários de direita ou de esquerda, que são sempre a negação do bem comum e dos princípios cristãos.

39. Por melhores e mais bem intencionadas que sejam as pessoas que participam de um governo, dificilmente poderão se libertar dos seus princípios ideológicos. Vale a advertência de Paulo VI: "O cristão haurirá nas fontes de sua fé e no ensino da Igreja os princípios e critérios oportunos, para evitar de deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema, cujas limitações e cujo totalitarismo ele se arriscará a ver, só quando é já demasiado tarde, se não se apercebe deles nas suas raízes" (Octogesima Adveniens, n.36).

*Por uma nova ordem constitucional, 1986, 10-12.*

10. Nessa perspectiva de mudança mais profunda, é mister afirmar que a nova Constituição não deverá restringir-se à reorganização do Estado e de suas relações com a sociedade. Ela deverá traduzir a busca de um novo modelo de sociedade, na sua dimensão social, política, econômica, cultural e internacional. Modelo que se baseará nas exigências éticas da sociedade humana e na extensão da cidadania efetiva a todos os brasileiros e brasileiras sem exceção. Dentro desse novo modelo, caberá a todos os cidadãos o papel de participar corresponsavelmente no empenho pelo aperfeiçoamento social e ao Estado a função de promover para o bem comum, caracterizando uma democracia orgânica e participativa.

11. Adotando-se esse critério, a Constituição deverá inverter a posição tradicional, que dá ao Estado toda a primazia da iniciativa social. A sociedade deverá ganhar a condição de sujeito coletivo da transformação social, conquistando instrumentos de exercício de uma democracia que lhe permitam organizar e controlar a ação do Estado, colocando-o a seu serviço. O sentido que deve ter a nova Constituição é o de abrir espaço para que toda a sociedade possa identificar criticamente o que deve ser mudado, num processo de busca de justiça social, liberdade, igualdade de direitos e de oportunidades. Nesse esforço a sociedade utilizará a mediação do Estado para que a vida democrática se aprofunde e a justiça prevaleça cada vez mais nas relações sociais.

12. Já existem em outros países instrumentos e mecanismos que visam dar à sociedade condições de controlar as decisões de interesse coletivo, governamentais ou privadas. Da atuação dos movimentos populares já surgem novas propostas. Outras vem sendo discutidas no nível dos especialistas. Será através dessas alavancas de transformação social que a sociedade disporá de meios para avançar sempre mais rumo à justiça, à plena democracia e à efetiva participação de todos".

#### **Nota:10**

cf. **João Paulo II**, Sollicitudo rei socialis, 36: "Por conseguinte, é preciso acentuar que um mundo dividido em blocos, mantidos por ideologias rígidas, onde, em lugar da interdependência e da solidariedade, dominam diferentes formas de imperialismo, não pode deixar de ser um mundo submetido a "estruturas de pecado". O conjunto dos fatores negativos, que agem em sentido contrário a uma verdadeira consciência do bem comum universal e à exigência de o favorecer, dá a impressão de criar, nas pessoas e nas instituições, um obstáculo difícil de superar.

Se a situação atual se deve atribuir a dificuldades de índole diversa, não será fora de propósito falar de "estruturas de pecado", as quais, como procurei mostrar na Exortação Apostólica Reconciliatio et Paenitentia, se radicam no pecado pessoal e, por conseqüência, estão sempre ligadas a atos concretos das pessoas, que as fazem aparecer, as consolidam e tornam difícil removê-las. E, assim, elas reforçam-se, expandem-se e tornam-se fontes de outros pecados, condicionando o comportamento dos homens.

"Pecado" e "estruturas de pecado" são categorias que não se vê com freqüência aplicar à situação do mundo contemporâneo. E, no entanto, não se chegará facilmente à compreensão profunda da realidade, conforme ela se apresenta aos nossos olhos, sem dar um nome à raiz dos males que nos afligem.

É certo que se pode falar de "egoísmo" e de "vistas curtas"; pode-se fazer referência a "cálculos políticos errados", a "decisões econômicas imprudentes". E em cada uma destas avaliações nota-se que há um eco de natureza ético-moral. A condição do homem é tal que torna difícil uma análise mais profunda das ações e das omissões das pessoas, sem implicar, de uma maneira ou de outra, juízos ou referências de ordem ética.

Esta avaliação, por si, é positiva, sobretudo quando se torna inteiramente coerente e quando se fundamenta na fé em Deus e na sua lei que ordena o bem e proíbe o mal.

É nisto que consiste a diferença entre o tipo de análise sócio-política e a referência formal ao pecado” e às “estruturas de pecado”. Segundo esta última maneira de ver, são tidas em consideração: a vontade de Deus três vezes Santo; o seu plano sobre os homens; a sua justiça e a sua misericórdia. Deus, rico em misericórdia, redentor do homem, Senhor e doador da vida, exige da parte dos homens atitudes precisas, que se exprimem também em ações ou omissões que concernem ao próximo. E isto está em relação com a “segunda tábu” dos dez mandamentos (cf. Ex 20,12-17; Dt 5,16-21): com a inobservância destes, ofende-se a Deus e prejudica-se o próximo, introduzindo no mundo condicionamentos e obstáculos, que vão muito além das ações de uma pessoa e do breve período da sua vida. Interfere-se igualmente no processo do desenvolvimento dos povos, cujo atraso ou cuja lentidão devem ser julgados também sob essa luz”.

**Nota:11**

cf. **João Paulo II**, Centesimus Annus (1991), 34: “Tanto a nível da cada Nação, como no das relações internacionais, o livre mercado parece ser o instrumento mais eficaz para dinamizar os recursos e corresponder eficazmente às necessidades. Isto, contudo, vale apenas para as necessidades “solvíveis”, que gozam da possibilidade de aquisição, e para os recursos que são “comercializáveis”, isto é, capazes de obter um preço adequado. Mas existem numerosas carências humanas, sem acesso ao mercado. É estrito dever de justiça e verdade impedir que as necessidades humanas fundamentais permaneçam insatisfeitas e que pereçam os homens por elas oprimidos. Além disso, é necessário que estes homens carenciados sejam ajudados a adquirir os conhecimentos, a entrar no círculo de relações, a desenvolver as suas aptidões, para melhor valorizar as suas capacidades e recursos. Ainda antes da lógica da comercialização dos valores equivalentes e das formas de justiça, que lhe são próprias, existe algo que é devido ao homem porque é homem, com base na sua eminente dignidade. Esse algo que é devido comporta inseparavelmente a possibilidade de sobreviver e de dar um contributo ativo para o bem comum da humanidade.

No contexto do Terceiro Mundo, conservam a sua validade, (em certos casos é ainda uma meta a ser alcançada) aqueles mesmos objetivos indicados pela Rerum Novarum para evitar a redução do trabalho humano e do próprio homem ao nível de simples mercadoria: o salário suficiente para a vida da família, seguros sociais para a ancianidade e o desemprego, a tutela adequada das condições de trabalho”.

**Nota:12**

cf. Entrevista de Michel Camdessus à revista *República*, abril 2000, p.46-52.

**Nota:13**

cf. **João Paulo II**, Centesimus Annus (1991), 42: “Voltando agora à questão inicial, pode-se porventura dizer que, após a falência do comunismo, o sistema social vencedor é o capitalismo e que para ele se devem encaminhar os esforços dos Países que procuram reconstruir as suas economias e a sua sociedade? É, porventura, este o modelo que se deve propor aos Países do Terceiro Mundo, que procuram a estrada do verdadeiro progresso econômico e civil?

A resposta apresenta-se obviamente complexa. Se por “capitalismo” se indica um sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, do mercado, da propriedade privada e da conseqüente responsabilidade pelos meios de produção, da livre criatividade humana no setor da economia, a resposta é certamente positiva, embora talvez fosse mais apropriado falar de “economia de empresa”, ou de “economia de mercado”, ou simplesmente de “economia livre”. Mas se por “capitalismo” se entende um sistema onde a liberdade no setor da economia não está enquadrada num sólido contexto jurídico que a coloque ao serviço da liberdade humana integral e a considere como uma particular dimensão desta liberdade, cujo centro seja ético e religioso, então a resposta é sem dúvida negativa.

A solução marxista faliu, mas permanecem no mundo fenômenos de marginalização e de exploração, especialmente no Terceiro Mundo, e fenômenos de alienação humana, especialmente nos Países mais avançados, contra os quais levanta-se com firmeza a voz da Igreja. Tantas multidões vivem ainda agora em condições de grande miséria material e moral. A queda do sistema comunista, em tantos países, elimina certamente um obstáculo para enfrentar de modo adequado e realístico estes problemas, mas não basta para resolvê-los. Existe até o risco de se difundir uma ideologia radical de tipo capitalista, que se recusa mesmo a tomá-los em conta, considerando a priori condenada ao fracasso toda a tentativa de os encarar e confia fideisticamente a sua solução ao livre desenvolvimento das forças de mercado”.

**Nota:14**

Confira o recente estudo da comissão Brasileira de Justiça e Paz e IBRADES, *Pela ética na gestão do sistema financeiro nacional*. Edições Loyola, S. Paulo, 2000.

**Nota:15**

Um dos meios de “exportar” capital brasileiro é constituído pela Contas CC5, sobre as quais confira: CBJP/IBRADES, *Pela ética na gestão do sistema financeiro nacional*. Edições Loyola, S. Paulo, 2000.

**Nota:16**

A ONU calcula que atualmente, no mundo, para seis hectares de mata abatidos, repõe-se apenas um. Estudo recente do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) calcula que, no Brasil, desde o ano de 1500, as florestas perderam: 93% da Mata Atlântica, 50% do Cerrado e 15% da Floresta Amazônica, num total de 2,7 milhões de quilômetros quadrados de mata destruídos. Somente na Amazônia, o desmatamento atingiu 551 mil quilômetros quadrados, área equivalente à da França (cf. *Jornal do Brasil*, 18.04.2000, p.12).

**Nota:17**

cf. **Ef 1,12**: “a ser o louvor da sua glória, nós, que já antes esperávamos em Cristo”.

**Nota:18**

cf. **João Paulo II**, Tertio Millennio adveniente, 6: “Jesus nasceu do Povo eleito, dando cumprimento à promessa feita a Abraão e depois constantemente recordada pelos profetas. Estes falavam em nome e em lugar de Deus. A economia do Antigo Testamento, de fato, está essencialmente ordenada à preparação e ao anúncio da vinda de Cristo, Redentor do universo, e do seu Reino messiânico. Assim, os livros da Antiga Aliança são testemunhas permanentes de uma solícita pedagogia divina. Em Cristo, esta pedagogia atinge a sua meta: com efeito, ele não se limita a falar «em nome de Deus» como os profetas, mas é o próprio Deus que fala no seu Verbo eterno feito carne. Tocamos, aqui, o ponto essencial onde o cristianismo se diferencia das outras

religiões, nas quais se foi exprimindo, desde o início, a busca de Deus por parte do homem. No cristianismo, o ponto de partida está na Encarnação do Verbo. Aqui, não é apenas o homem a procurar Deus, mas é Deus que vem em pessoa falar de si ao homem e mostrar-lhe o caminho, por onde é possível atingi-lo. Isto mesmo proclama o prólogo do Evangelho de João: «Ninguém jamais viu a Deus: o Filho único que está no seio do Pai é que o deu a conhecer» (1,18). O Verbo Encarnado é, por conseguinte, o cumprimento do anseio presente em todas as religiões da humanidade: este cumprimento é obra de Deus e ultrapassa toda a expectativa humana. É mistério de graça.

Em Cristo, a religião deixa de ser um «procurar Deus como que às apalpadelas» (cf. At 17,27), para se tornar resposta de fé a Deus que se revela: resposta na qual o homem fala a Deus como seu Criador e Pai; resposta feita possível por aquele Homem único, que ao mesmo tempo é o Verbo consubstancial ao Pai, no qual Deus fala a cada homem, e cada homem se torna capaz de responder a Deus. Mais ainda, nesse Homem responde a Deus a criação inteira. Jesus Cristo é o novo início de tudo: tudo nele se reencontra, é acolhido e reconduzido ao Criador de quem teve origem. Deste modo, Cristo é o cumprimento do anseio de todas as religiões do mundo, constituindo por isso mesmo o seu único e definitivo ponto de chegada. Se por um lado Deus em Cristo fala de si à humanidade, por outro, no mesmo Cristo, a humanidade inteira e toda a criação falam de si a Deus melhor, dão-se a Deus. Assim, tudo volta ao seu princípio. Jesus Cristo é, ao mesmo tempo, a recapitulação (cf. Ef 1,10) e o cumprimento de todas as coisas em Deus: cumprimento que é glória de Deus. A religião, que se funda em Jesus Cristo, é religião da glória, é um existir em novidade de vida para louvor da glória de Deus (cf. Ef 1,12). Na realidade, toda a criação é manifestação da sua glória; de modo particular, o homem (vivens homo) é epifania da glória de Deus, chamado a viver da plenitude da vida em Deus”.

#### Nota:19

**1 Jo 4,20:** “Sabemos que o Filho de Deus veio e nos deu inteligência para conhecermos o Deus verdadeiro. E nós estamos com o Verdadeiro, graças a seu Filho Jesus Cristo. Este é o Deus verdadeiro e a Vida eterna”.

#### Nota:20

cf. **João Paulo II**, *Evangelium Vitae*, 2: “O homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus.

A sublimidade desta vocação sobrenatural revela a grandeza e o valor precioso da vida humana, inclusive já na sua fase temporal. Com efeito, a vida temporal é condição basilar, momento inicial e parte integrante do processo global e unitário da existência humana: um processo que, para além de toda expectativa e merecimento, fica iluminado pela promessa e renovado pelo dom da vida divina, que alcançará a sua plena realização na eternidade (cf. 1Jo 3,1-2). Ao mesmo tempo, porém, o próprio chamamento sobrenatural sublinha a relatividade da vida terrena do homem e da mulher. Na verdade, esta vida não é realidade «última», mas «penúltima»; trata-se, em todo o caso, de uma realidade sagrada que nos é confiada para a guardarmos com sentido de responsabilidade e levarmos à perfeição no amor pelo dom de nós mesmos a Deus e aos irmãos.

A Igreja sabe que este Evangelho da vida, recebido do seu Senhor,<sup>1</sup> encontra um eco profundo e persuasivo no coração de cada pessoa, crente e até não-crente, porque se ele supera infinitamente as suas aspirações, também lhes corresponde de maneira admirável. Mesmo por entre dificuldades e incertezas, todo homem sinceramente aberto à verdade e ao bem pode, pela luz da razão e com o secreto influxo da graça, chegar a reconhecer, na lei natural inscrita no coração (cf. Rm 2,14-15), o valor sagrado da vida humana desde o seu início até ao seu termo, e afirmar o direito que todo ser humano tem de ver plenamente respeitado este seu bem primário. Sobre o reconhecimento de tal direito é que se funda a convivência humana e a própria comunidade política.

De modo particular, devem defender e promover este direito os crentes em Cristo, conscientes daquela verdade maravilhosa, recordada pelo Concílio Vaticano II: «Pela sua encarnação, ele, o Filho de Deus, uniu-se de certo modo a cada homem». De fato, neste acontecimento da salvação, revela-se à humanidade não só o amor infinito de Deus que «amou de tal modo o mundo que lhe deu o seu Filho único» (Jo 3,16), mas também o valor incomparável de cada pessoa humana.

A Igreja, perscrutando assiduamente o mistério da Redenção, descobre com assombro incessante este valor, e sente-se chamada a anunciar aos homens de todos os tempos este «evangelho», fonte de esperança invencível e de alegria verdadeira para cada época da história. O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho. É por este motivo que o homem, o homem vivo, constitui o primeiro e fundamental caminho da Igreja”.

#### Nota:21

**Fl 3, 12-14:** “Não que eu já tenha conquistado o prêmio ou que já tenha chegado à perfeição; apenas continuo correndo para conquistá-lo, porque eu também fui conquistado por Jesus Cristo. Irmãos, não acho que eu já tenha alcançado o prêmio, mas uma coisa eu faço: esqueço-me do que fica para trás e avanço para o que está na frente. Lanço-me em direção à meta, em vista do prêmio do alto, que Deus nos chama a receber em Jesus Cristo”.

#### Nota:22

cf. **Rm 12,1:** “Irmãos, pela misericórdia de Deus, peço que vocês ofereçam os próprios corpos como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus. Esse é o culto autêntico de vocês”.

#### Nota:23

**Ef 1,17-19:** “Que o Deus de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai a quem pertence a glória, lhes dê um espírito de sabedoria que lhes revele Deus, e faça que vocês o conheçam profundamente. Que lhes ilumine os olhos da mente, para que compreendam a esperança para a qual ele os chamou; para que entendam como é rica e gloriosa a herança destinada ao seu povo; e compreendam o grandioso poder com que ele age em favor de nós que acreditamos, conforme a sua força poderosa e eficaz”.

#### Nota:24

**Ef 3,20-21:** “Deus, por meio do seu poder que age em nós, pode realizar muito mais do que pedimos ou imaginamos; a ele seja dada a glória na Igreja e em Jesus Cristo por todas as gerações, para sempre. Amém!”.